

## Praça dr. Euphly Jalles será palco da 15ª Feira da Uva e da Agricultura Familiar nos dias 4 e 5 de setembro



### Conquista: Fatec Jales oferecerá curso de Engenharia Agrônoma a partir de 2027



Prof.ª Dr.ª Adriana de Souza Colombo

A Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo - Fatec Jales está comemorando mais uma grande conquista para Jales e região: a implantação do curso de Engenharia Agrônoma, a partir de 2027.

A formação é direcionada ao estudo e aplicação de princípios científicos e tecnológicos à produção agrícola, contemplando aspectos de planejamento, gestão e otimização dos processos produtivos.

Essa graduação, que será coordenada pela Prof.ª Dr.ª Adriana de Souza Colombo, ampliará as oportunidades aos estudantes, atendendo às necessidades não somente de uma região com forte vocação agrícola, mas de um país que tem no agronegócio um dos pilares de sua economia.

Mais informações sobre o curso e o processo seletivo serão divulgadas pelos canais oficiais, conforme o cronograma institucional.

Nos dias 4 e 5 de setembro, depois de oito anos, estará de volta na Praça Dr. Euphly Jalles, a 15ª Feira da Uva e da Agricultura Familiar, que está sendo considerado como um reencontro com as raízes, a história e, principalmente, com as famílias do campo.

Mais do que uma festa, a Feira da Uva é uma oportunidade de valorizar quem enfrenta os desafios da terra e, com trabalho, dedicação e perseverança, transforma o campo em sustento, desenvolvimento e prosperidade para Jales e toda a região.

Com entrada gratuita e uma programação preparada para toda a família, o evento contará com exposição e comercialização de uvas produzidas em Jales e na região, mel e diversos produtos da agricultura familiar. O público também

poderá aproveitar comidas e bebidas, atrações culturais e artísticas e a praça de alimentação, organizada pelo Fundo Social de Solidariedade e pela Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social.

Estarão presentes as barracas da AVCC, AACAJ, Lar dos Velhinhos, Nipo Jalesense e CIEVI, e de produtos artesanais confeccionados pelo Projeto Arte e Conhecimento.

A programação artística começa na sexta-feira, dia 4, a partir das 19h, com a abertura oficial da feira, que contará com a presença das autoridades municipais e representantes das de todas as instituições envolvidas com o evento.

Logo após, estará se apresentando ao público, a Orquestra Sinfônica de Jales, sob a regência do maestro Edivaldo de Paula. A dupla

Beatriz & Caio Freire, fará o encerramento da primeira noite da Feira com muita música e animação.

Com início às 19h, no sábado, a programação começa com a apresentação do Projeto Art & Dance - Flashback em Movimento, trazendo sucessos que marcam diferentes gerações. Logo a seguir, o grupo da modalidade de coreografia, composto pelas integrantes da Terceira Idade do CIEVI, com brilhantes atuações nos Jogos Regionais, fará sua apresentação prometendo uma apresentação especial, demonstrando talento, energia e a importância da atividade física e da convivência na melhor idade.

Para encerrar a programação artística da 15ª Feira da Uva e da Agricultura Familiar, haverá um excepcional show com o cantor Fredd, com muita música sertaneja.

### "Junho Vermelho": campanha de incentivo à doação de sangue agora é lei



Número de doadores no Brasil está abaixo do preconizado pela OMS

As campanhas de incentivo à doação de sangue ganharam reforço com a oficialização da campanha nacional Junho Vermelho. Sancionada pela Presidência da República, a Lei 15.491/26 estimula, no mês de junho, ações direcionadas à conscientização da população sobre a importância de doar sangue.

Pela norma, o poder público deverá criar e divulgar material didático, impresso ou digital, sobre a doação de sangue, bem como promover ações educativas e eventos públicos de conscientização. Durante a campanha de mobilização, os prédios públicos ficarão iluminados com a cor vermelha.

A lei tem origem no Projeto de Lei 205/22, do ex-deputado Francisco Jr. (GO). Na apresentação do projeto,

ele lembrou que o número de doadores é considerado baixo - em 2022, 16 a cada mil habitantes no Brasil eram doadores regulares, o que corresponde a 1,6% da população brasileira.

A proposta foi aprovada na Câmara em março de 2024, e no Senado no mês passado. O relator foi o senador Wilder Moraes (PL-GO).

#### Gesto voluntário

Em seu relatório, Wilder ressaltou que o ato de doar sangue depende exclusivamente do altruísmo e do gesto voluntário da população, sendo imprescindível para o atendimento de emergências traumáticas, a realização de cirurgias complexas e o tratamento contínuo de pessoas com doenças hematológicas, oncológicas e outras condições

crônicas.

Wilder explicou que, apesar de contar com milhões de doações anuais, com mais de 3,2 milhões de bolsas de sangue coletadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2023, o cenário brasileiro ainda se encontra aquém do ideal preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS recomenda que entre 2% e 2,5% da população seja doadora regular.

Segundo ele, apesar de 90% da população ser apta a doar, a maior parte o faz raramente ou nunca doou, por barreiras como desinformação sobre os critérios e o processo de doação; mitos e medos infundados; ou a simples falta de um chamado claro e motivador para a ação. (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

### SAA abre novo chamamento público do Programa de Aquisição de Alimentos

A Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) comunica que se encontra aberto na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP) chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A modalidade dessa chamada é de compra com doação simultânea, dispensada de licitação, para doação a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A inserção dos dados de produtores rurais no site <https://sistemas.cdms.sp.gov.br/webprojetos/paa> será possível até 15 de setembro de 2026, na CATI Regional ou Casa da Agricultura mais próximas do município. Clique aqui para acessar o edital. Informações e esclarecimentos adicionais sobre o chamamento público podem ser obtidos nas unidades do órgão da SAA-SP ou pelo e-mail: [paa-agri@sp.gov.br](mailto:paa-agri@sp.gov.br).



PAA é executado no Estado de São Paulo pela CATI

#### Sobre o programa

No estado, o PAA é realizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Governo de São Paulo.

lo, por meio da CATI. Os municípios contemplados estão no CADInsans, um Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Grave Municipal, a partir do Cadastro Único (CadÚnico), que é elaborado pelo MDS.

Em 2025, 63 prefeituras já foram selecionadas para as compras de alimentos para compor cestas, que contêm folhosas, frutas, legumes, raízes e tubérculos, cultivados de modo convencional ou orgânico por produtores paulistas (locais). Nessa etapa, foram destinados R\$ 4,2 milhões para aquisição de hortifrutis de agricultores familiares e distribuição às famílias que mais precisam em 55 municípios do estado.





José Renato Nalini é Reitor da UNIREGISTRAL, docente da Pós-graduação da UNINOVE e Secretário-Executivo das Mudanças Climáticas de São Paulo.

## Tem de acreditar

A engenhosidade humana é milagrosa. Quando se pensa em tudo aquilo que os seres racionais já inventaram para melhorar a vida, esta curta vida de apenas algumas décadas, não se duvida do design inteligente. Apenas um Ser Superior con-

seguiria produzir uma criação com tanta vivacidade, curiosidade e vontade de aprimorar a obra divina.

Nestes tempos digitais, em que a internet manipula a nossa vida e o Google sabe mais de nós do que nós mesmos, noticiamos que a IA – Inteligência Artificial ainda provocará muitas e profundas mudanças. Para quem acredita que ela é a última invenção humana, depois ela própria cuidará

de desenvolver outros projetos, a preocupação era com os data centers, poderosos consumidores de água.

Quando a ONU diz que a questão aquifera não é mera escassez, mas verdadeira "falência hídrica", vem a dúvida: haverá água suficiente para a humanidade e para os data centers?

É quando a SpaceX, de Elon Musk, promete lançar uma constelação de um mi-

lhão de satélites que orbitarão a Terra e captarão energia solar para alimentar centros de dados de IA. Isso vem logo em seguida à notícia de que a SpaceX e a XAI vão se fundir antes de uma oferta pública bilionária, planejada para ocorrer ainda este ano.

Essa fusão vai dar novo impulso ao empenho da SpaceX para lançar centros de dados em órbita. É o que Musk pretende, para chegar

à supremacia na corrida de IA. A ideia é excelente: "ao aproveitar diretamente a energia solar, quase constante com baixos custos operacionais e de manutenção, tais satélites alcançarão uma eficiência transformadora em termos de custo e energia. Vão reduzir significativamente o impacto ambiental associado aos centros de dados terrestres.

É preciso confiar na capacidade humana de encontrar

soluções para problemas aparentemente insolúveis. Que ela continue e que muitos jovens se dediquem ao estudo da matemática, da física, da química, da engenharia, da biologia, tudo para que essas descobertas simplifiquem um pouco a vida de bilhões de humanos que vão depender cada vez mais da IA e dos escassos recursos naturais que sobreviveram à sanha predadora do bicho-homem.

## FOLHAGERAL

da redação

### Os três

candidatos a deputado estadual por Jales - diga-se por Jales pelo simples fato de residirem no município. Não só residem, como são jalesenses natos.

### Os analistas

lá do botequim da vila chegaram à conclusão que a batalha para os três, será inglória.

### A nível

local vão ter que enfrentar pesos pesados pedindo votos para outros candidatos representantes de cidades vizinhas

### Um deles

é o prefeito Luis Henrique que já apresentou seu candidato Danilo Campetti, de Votuporanga, ao eleitorado jalesense. Em 2022 Campetti, obteve 275 votos em Jales.

### Com

o apoio do prefeito Luis Henrique pode aumentar os votos nas urnas

### Quem

também está com a campanha nas ruas da cidade e com o bloco montado é a deputada Analice Fernandes (PSD).

### Natural

de Jales, mas fez sua carreira política representando

Taboão da Serra, e mais uma vez espera contar com o apoio dos jalesenses.

### Sempre

foi bem votada em Jales. Em 2022 foi sufragada 3.688 vezes nas urnas. Em 2026 não se sabe se sobe na cotação ou desce na bolsa de votos.

### Quem

também vai estar por aqui em busca de seus votos, será o emedebista Itamar Borges. Na última eleição recebeu 2.550 votos nas urnas.

### Citando

também, o deputado Se-

bastião dos Santos Filho, da região de São José do Rio Preto (Republicanos), recebeu votos de 221 de seus admiradores em Jales.

### Em 2022,

só para lembrar, dos 527 candidatos que receberam votos dos jalesenses, 154 foram sufragados uma vez cada.

### Em 2022,

os partidos abaixo, dividiram os votos dos jalesenses.

1º - PL 6.240 25,12%  
2º - PSDB 6.024 24,25%  
3º - MDB 2.782 11,20%  
4º - PT 2.463 9,92%  
5º - REPUB 1.546 6,22%

### Naquela

eleição, de 38.403 eleitores, compareceram às urnas 29.403 e, 23.199 foram votos nominais.

### Como

o leitor eleitor pode ver no quadro abaixo, Jales conta com 36.148 eleitores aptos, mas apenas 30.776 são obrigados a comparecer ou justificar seu voto.

### Do presente

sábado (29 de agosto) até o primeiro turno das eleições (4 de outubro), falta praticamente um mês para entrarmos na reta final, do primeiro para o segundo turno das eleições. Debates, entrevistas e sabatinas dos candidatos já estão ocorrendo.

### A propaganda

eleitoral gratuita no rádio e na TV, do primeiro turno, começou ontem (sexta-feira, 28 de agosto). Estamos em pleno tempo das disputas partidárias, mas temos que manter a calma mesmo nos momentos mais decisivos.

### Nas eleições

de 2018, Bolsonaro (PSL) venceu Haddad (PT). Os vencedores previram o céu para o país. Os perdedores previram o inferno. Em 2022, Lula (PT) venceu Bolsonaro

(PL). Os eleitores, novamente desesperados, inverteram suas previsões.

### Os dois governos

(o de Bolsonaro e o de Lula) tiveram índices discordantes de aprovação e reaprovação. No entanto, não elevaram o país ao céu nem baixaram ao inferno. A história de uma sociedade não evolui conforme a ação de um indivíduo ou de um grupo.

### Nos 526 anos

de história, o Brasil não teve regime totalitário, como o Nazismo na Alemanha e o Stalinismo na União Soviética. Teve apenas dois Regimes Autoritários: o Estado Novo (1937 a 1945) liderado por Getúlio Vargas e a Ditadura Militar (1964 a 1985).

### As turbulências

e os escândalos políticos sempre existiram no Brasil, assim como no mundo. Mas isso não inviabilizou o Brasil. Na pura realidade, o Brasil cresceu e prosperou. Basta saber o que o Brasil era há 100 anos e o que o Brasil é hoje.

### Há 100 anos

o Brasil tinha 34 milhões de habitantes: 80% viviam no campo e 20% nas cidades. A expectativa de vida girava em torno de 35 anos e a população tinha 60% de analfabetos. A economia era rural: 70% das exportações eram de café em grãos.

### Nos dias atuais

o Brasil tem 213 milhões de habitantes: 90% vivem nas cidades e 10% no campo. A expectativa de vida gira em torno de 77 anos e o analfabetismo caiu para 5%. O Brasil tem economia diversificada e vai fechar o ano como 10ª economia do mundo.

### Pesquisando

on-line diversas bases de

dados públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, podemos saber que os principais presidenciais nas eleições brasileiras de 2026, que possuem históricos de escândalos são: Lula, Flávio Bolsonaro e Pablo Marçal.

### Lula (PT)

foi Deputado Federal em SP uma vez, Presidente duas vezes e está na Presidência pela terceira vez. Foi condenado e preso por 580 dias. Os processos foram anulados por questões referentes a processo jurídico e falta de imparcialidade.

### Flávio Bolsonaro (PL)

foi Deputado Estadual no Rio de Janeiro quatro vezes e está terminando o mandato de Senador pelo RJ. Foi denunciado e envolvido em desvio de verbas e lavagem de dinheiro, mas os processos foram anulados por irregularidades jurídicas.

### Pablo Marçal (PRTB)

é empresário e influenciador digital. Acumula controvérsias tanto na esfera jurídica quanto no ambiente digital. Foi condenado por golpes na Internet, mas a pena foi extinta. Foi alvo de investigações sobre irregularidades eleitorais.

### Outros candidatos

na disputa eleitoral, como Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), registram polêmicas de gestão pública e declarações públicas controversas. Não possuem históricos de corrupção e outros escândalos.

### Diante disso,

nada de medo ou revolta. Fiquemos na paz, na fé. Temos bons motivos para crer que Deus é brasileiro. O Brasil já influencia, fascina e atrai o mundo pelas riquezas naturais, culturais e humanas. O Brasil tem vocação para ser um importante parceiro global.

## Candidatos a deputado estadual por Jales



**Franciele Cristina Villa Matos**, 37 anos, casada, nascida em Jales, vereadora, nível superior completo, é candidata a deputada estadual 22.789 - pelo Partido Liberal (PL). Declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 1.086.000,00. Franciele disputou sua primeira eleição em 2024, sendo eleita como a 8ª candidata a vereadora mais votada 630 votos.



**Carlos Eduardo Venturini** (DU Venturini), 41 anos, casado, nascido em Jales, empresário, nível superior completo, é candidato a deputado estadual - 25.800 - pelo Partido Renovação Democrática (PRD). Ele declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 614.114,16. Du Venturini concorreu a uma vaga na Câmara Municipal de Jales nas eleições de 2008 e 2012



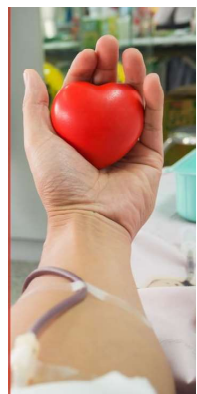
**Alessandro Pereira** (Alessandro Japonês), 48 anos, casado, nascido em Jales, empresário, ensino médio incompleto, é candidato a deputado estadual - 70.017 - pelo Avante. Declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio no valor de R\$ 680.000,00. Foi candidato a vereador no município de Jales pelo Partido Republicanos em 2024, 2020, 2016 e 2012.

## Jales conta com um eleitor centenário apto a votar no pleito de outubro

289 eleitores de 16 e 17 anos estão aptos para votar no pleito deste ano no município de Jales, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eles vão escolher, pela primeira vez, seus representantes para a Presidência da República, Governo Estadual ou Distrital, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia ou Câmara Legislativa. O maior número de eleitores no município está na faixa entre 45 a 49 anos totalizando 3.540 ou 9,79% do total de eleitores aptos a votar. Dos 36.148 eleitores aptos a votar, 5.372 não são obrigados a comparecer às urnas

| Faixa etária     | Eleitorado | Eleitorado (%) | Voto Obrigatório | Voto Facultativo |
|------------------|------------|----------------|------------------|------------------|
| 100 anos ou mais | 1          | 0,00%          | 0                | 1                |
| 16 anos          | 102        | 0,28%          | 0                | 102              |
| 17 anos          | 187        | 0,52%          | 0                | 187              |
| 18 anos          | 383        | 1,06%          | 383              | 0                |
| 19 anos          | 389        | 1,08%          | 389              | 0                |
| 20 anos          | 482        | 1,33%          | 482              | 0                |
| 21 a 24 anos     | 1.971      | 5,45%          | 1.970            | 1                |
| 25 a 29 anos     | 2.588      | 7,16%          | 2.587            | 1                |
| 30 a 34 anos     | 2.860      | 7,91%          | 2.855            | 5                |
| 35 a 39 anos     | 3.005      | 8,31%          | 2.995            | 10               |
| 40 a 44 anos     | 3.294      | 9,11%          | 3.291            | 3                |
| 45 a 49 anos     | 3.540      | 9,79%          | 3.533            | 7                |
| 50 a 54 anos     | 3.161      | 8,74%          | 3.149            | 12               |
| 55 a 59 anos     | 3.216      | 8,90%          | 3.204            | 12               |
| 60 a 64 anos     | 3.227      | 8,93%          | 3.204            | 23               |
| 65 a 69 anos     | 2.763      | 7,64%          | 2.734            | 29               |
| 70 a 74 anos     | 2.193      | 6,07%          | 0                | 2.193            |
| 75 a 79 anos     | 1.495      | 4,14%          | 0                | 1.495            |
| 80 a 84 anos     | 830        | 2,30%          | 0                | 830              |
| 85 a 89 anos     | 339        | 0,94%          | 0                | 339              |
| 90 a 94 anos     | 106        | 0,29%          | 0                | 106              |
| 95 a 99 anos     | 16         | 0,04%          | 0                | 16               |
| Total Geral      | 36.148     |                | 30.776           | 5.372            |

Estatísticas do TSE



## Palavras de Chico Xavier

Somos criaturas humanas e por isso devíamos sentir a verdadeira fraternidade de uns para com os outros, sem possibilidades de nos odiarmos, porque os irmãos verdadeiros nunca se enraivecem, uns contra os outros



Esta coluna tem o patrocínio e responsabilidade da Associação Espírita "Chico Xavier" de Jales - Rua Goiás, 4336 - CEP 15700-002 Jardim Paulista - Jales/SP

Siga-nos no Google  
www.folhanoroeste.blogspot.com.br

## Artigo &amp; Opinião



**Gaudêncio Torquato é professor emérito da USP, jornalista, escritor e consultor político.**

O vetetismo é característico do atual ciclo de declínio dos mecanismos clássicos da política – partidos, parlamentos, ideologias. Tem mais impacto em sociedades menos desenvolvidas, como a nossa, do que em democracias consolidadas, onde a mídia ainda costuma refletir, ao lado da competição entre quadros, diferenças de visões doutrinárias. Aqui, a política se transforma, a olhos vistos, em monumental espetáculo, em que atores fazem abso-

## O Estado midiático

luta questão de ocupar o espaço institucional com a imagem de seus perfis. Nos Estados Unidos ou em Países europeus, são perceptíveis as diferenças de posições entre republicanos e democratas ou entre liberais e conservadores, esquerdistas e direitistas, trabalhistas e socialdemocratas.

Na verdade, a espetacularização da política brasileira faz parte da cultura de um Estado cujas instituições e atores balizam, cada vez mais, atitudes e ações por influência dos meios de comunicação. Tudo parece ser delineado pela indústria midiática. Se não passarem pela tuba de ressonância formada pelos veículos impressos e eletrônicos, os fatos não existem. Se não ocorrerem, não há figurantes nem história. Se é assim, os políticos tratam logo de fazê-la, puxando, claro, a brasa para a sua sardinha. Até a sagra-

da instituição da Justiça, na esteira da magia poderosa da mídia, para ampliar a visibilidade, à maneira das casas congressuais, tem o seu canal próprio de televisão, o que nos proporciona a agradável surpresa de ver que magistrados da mais alta Corte também dão sonorosas risadas e até constroem tiradas jocosas, eles, que pareciam a nós, simples mortais, deuses solenes e mediatubundos, compenetrados de divina onipotência. Não há dúvida que o acesso democrático à informação institucional é um avanço. A questão, porém, não é esta. Nefasto é usar o espaço de comunicação, público ou privado, para que um cidadão, a serviço do povo e do Estado, queira estabelecer para si aquele objetivo que Mussolini desgracadamente se impôs: "Fazer da própria vida a sua obra-prima". Essa é uma praga que tem asso-

lado o Estado brasileiro.

No Brasil, a festejada Constituição-cidadã, de 1988, foi um marco nessa direção. Detalhista ao extremo, corporativista em sua extensão, foi concebida como abrigo de tendências e expectativas de grupos. Mais que sinal de um novo horizonte democrático, traduziu um arrazoado de intenções para tornar mais fortes determinadas representações sociais. A trombeta da mídia, por seu lado, foi fundamental para dar eco aos discursos e abrir espaços. Neste momento, instala-se no desvão institucional o espelho de Narciso. As caras de indivíduos e instituições ingressam na arena, disputando os melhores palanques. As casas congressuais e os partidos começam a perder o monopólio da ação política. Os poderes do Estado, agora energizados por esferas participativas e núcleos descen-

tralizados e difusos de poder, passam a ser foco dos holofotes da mídia. Na esteira do desaparecimento de grandes ícones do Parlamento (Tancredo, Ulysses, entre outros), o cenário das grandes lideranças é ocupado por políticos homogêneos, que passam a preocupar-se exageradamente com o perfil pessoal. A lapidação de imagem inspira-se no lema: captar o máximo interesse e fixar a atenção do público.

Desenvolve-se capilarmente um Estado midiático, assentado sobre uma imensa estrutura de comunicação. A personalização do poder é o leitmotiv da nova ordem. De dois em dois anos, novos e velhos atores sobem aos palcos para desfilar qualidades pessoais num espetáculo regado pelo uso e abuso de miragens, promessas, esperanças e sonhos, todos voltados para cooptar a adesão de grupos descrentes. Nos interstícios, governantes do Executivo se esmeram num

exercício de maquiagem para limpar protuberâncias no perfil, enquanto os níveis de representação popular, para não serem esquecidos, buscam as luzes da imprensa. Inversões de valores se multiplicam. A mídia cria pautas, determinando ações e comportamentos políticos. Quem não quer fazer parte do jogo não tem chances de aparecer. O vetetismo se impõe. O acessório ocupa o lugar do principal. Uma feira de personalidades, disputando visibilidade, canibaliza os escopos partidários. Verba e verbo estabelecem relação promíscua. Assim, a autoglorificação de perfis contribui para fazer florescer a semente de uma democracia perversa, em que o Estado e suas representações passam a fazer da política nada mais que um exercício de fuga diante da realidade.

Ao político há de se cobrar aquilo que o filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard costumava cobrar dos cidadãos: ser uma exceção.

## A abrangência do Código de Ética e a isonomia no Judiciário



**Ives Gandra da Silva Martins** é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifesp, Unifmu, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

tanto, a exclusão da Corte Suprema de um arcabouço ético uniforme gera uma grave assimetria no sistema de justiça, especialmente no momento em que a jurisdição constitucional assume papel central nas grandes decisões nacionais.

Entendo que esse Código de Ética é particularmente importante. Desde o momento em que o ministro Fachin declarou que iria elaborar-lhe, procurei demonstrar apoio em minhas redes sociais, nas palestras que proferi, em reuniões das entidades de natureza jurídica de que participo e em artigos publicados na imprensa nacional.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal não pode ficar fora dessa normatização, levando em consideração que a nossa Excelsa Corte passou a atuar como um verdadeiro player político no cenário brasileiro. Deixou de ser o poder neutro que era — um poder não político, como os constituintes desejaram —, atuando no máximo como legislador negativo (ou seja, para declarar a inconstitucionalidade de uma lei), para tornar-

se um poder de outra natureza, próximo ao Legislativo e ao Executivo.

Tampouco deveria conferir perfil a novas leis, o que seria, segundo o modelo aprovado na Constituinte, de competência exclusiva do Poder Legislativo. O atual Supremo tem eliminado leis e elaborado novas regras sem subordinação a limites rígidos.

Não foi isso o que eu presenciei durante os debates constituintes. O jurista e amigo Celso Bastos e eu comentamos a Constituição brasileira em 15 volumes, ao longo de 10 anos. Durante todo o período constituinte, mantivemos contato direto e permanente com o presidente e com o relator da Constituição, Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral. Auxiliei-o a redigir dispositivos do sistema tributário, cuja comissão era presidida pelo senador Francisco Dornelles.

Há, portanto, uma diferença entre o meu entendimento, como velho professor de Direito, e o dos incógnitos ministros do Supremo Tribunal Federal. Participei e discuti com os constituintes, e o que estamos presenciando hoje

é uma atuação política do Supremo não prevista por eles (constituintes), que definiram e aprovaram, exaustivamente, as competências dos três Poderes no Título IV da Constituição.

Convivi com ministros do Supremo desde o início da década de 1960. Na minha primeira sustentação naquela Corte, cinco dos atuais ministros não tinham sequer nascido, e eu já sustentava perante o Pretório Excelso. Mantive amizade e escrevi livros, em todo esse período, com aqueles ministros que por lá passaram, sempre com um profundo respeito pelo Supremo (instituição). Sou obrigado a reiterar, contudo, que o Supremo de hoje passou a ser um poder político, e não aquilo que sempre foi: um poder técnico, respeitado, estritamente legislador negativo de outrora.

Não tenho como mudar minha opinião e convicção. Reitero meu constrangimento ao discordar dos eminentes ministros, até por ser amigo da maioria, ter livros escritos com grande parte deles e respeitá-los como juristas. Mas o papel políti-

co que passaram a exercer — de serem, também, um poder político — é ao que me oponho. É o ponto de divergência. Não vejo, entretanto, possibilidade de mudança.

Eu tinha esperança no Código de Ética do Judiciário, mas se o Supremo ficar fora dele, é evidente que continuará atuando como um poder político e, apesar de toda a admiração que tenho pelos ministros, discordo profundamente dessa posição.

A concepção original do Poder Judiciário na Carta de 1988 vinculou a estabilidade democrática à estrita separação entre a hermenêutica jurídica e a arena política. Os debates constituintes delimitaram o papel do tribunal máximo como órgão de controle e autolimitação, impedindo que a interpretação da norma se transformasse em produção legislativa autônoma. O desvio dessa função originária compromete o equilíbrio entre as instituições republicanas.

Ainda assim, garantir que os princípios éticos vigorem de forma isonômica em toda a magistratura brasileira — sem distinções hierárquicas

— permanece como medida indispensável para salvaguardar a segurança jurídica, proteger o Estado Democrático de Direito e assegurar a respeitabilidade das instituições perante as futuras gerações.

A história das instituições jurídicas é escrita pela capacidade de seus integrantes em exercer a autocritica e preservar a harmonia entre os Poderes. Garantir que a ética magistratária seja aplicável a toda a estrutura do Judiciário — sem exceções — é o caminho mais seguro para resguardar a integridade constitucional e a própria credibilidade da Suprema Corte perante a nação.

Na minha idade, é difícil ver, no futuro imediato, uma mudança do atual perfil da Suprema Corte.

Quero imaginar — quando nós não mais estivermos aqui (eu certamente, e uma parte dos ministros que lá estão também) — como a história registrará esse momento: se este professor de província tinha razão ou se os incógnitos ministros da Suprema Corte estavam interpretando a Constituição brasileira de modo correto.

## JK, o exemplo que a morte não sepultou

**Samuel Hanan é engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros "Brasil, um país à deriva" e "Caminhos para um país sem rumo" e "Amazônia Brasileira, preservar para viver, responsabilidade mundial". Site: <https://samuelhanan.com.br>**



Agosto de 2026 marca os 50 anos da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. É momento, portanto, de o país reverenciar a memória desse que foi um dos maiores — senão o maior — estadista da história do Brasil.

Mais de seis décadas após ter concluído o mandato na Presidência da República (1956-1961) seu legado permanece intacto, graças à seriedade, coragem, competência e visão estratégica com as quais transformou o país.

JK assumiu em um período politicamente conturba-

do, porém não se afastou de seu ideal de promover o desenvolvimento econômico e social em ritmo acelerado, priorizando a eliminação dos gargalos da economia. Para tanto, debruçou-se sobre metas que deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, de modo que os investimentos em determinados setores pudessem se refletir positivamente na dinâmica de outros.

A chave do sucesso da gestão JK foi o Plano Nacional de Desenvolvimento, ou Plano de Metas, conjunto de objetivos a serem atingidos nos cinco anos de seu mandato, ao qual se acresceu a construção da nova capital federal, Brasília, pensada como vetor de desenvolvimento do Centro-Oeste e também, através da lei 3.173 de 06.06.1957, criou a

Zona Franca de Manaus buscando o desenvolvimento da Amazônia e mostrando sua preocupação estratégica com a interiorização do desenvolvimento. Como espinha dorsal do plano, alocou os recursos financeiros em três áreas prioritárias — energia, transporte e infraestrutura — e assim criou as condições para a transformação do país.

Nos cinco anos do governo JK, o Brasil viu seu PIB crescer, em média, mais de 8% ao ano (o mesmo desempenho admirado da China de hoje) e cerca de 52% acima da média mundial à época (hoje estamos 36% abaixo da média mundial, leia-se abaixo). Nesse período, a produção industrial nacional cresceu 80%, alcançando a transformação estrutural da economia. Brasília, mais que o centro do poder, impulsionou o

Centro-Oeste, região mais expressiva do agronegócio que hoje responde por 26% do PIB nacional, 49% do total das exportações brasileiras e 119% do saldo da balança comercial brasileira. Tudo semeado no Governo JK e sendo colhido até hoje.

Juscelino não foi um político de promessas, mas um gestor de realizações. Das 31 metas de seu Plano, mais de 80% foram cumpridas integralmente. O slogan "Cinco décadas em cinco anos" não foi mera retórica.

Depois do governo Juscelino, o Brasil passou pela ditadura militar de mais de duas décadas, se redemocratizou, enfrentou períodos de irrefreada inflação, teve dois presidentes da República afastados do cargo por impeachment, instituiu a reeleição para cargos do Executi-

vo, superou desafios, mas os governantes das últimas décadas não assimilaram as lições deixadas por JK.

As desigualdades regionais se acentuaram. O país cresce menos do que a taxa média mundial e sua renda per capita ocupa a 74ª posição do planeta. Os indicadores sociais mostram uma triste realidade. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) caiu da 73ª posição em 2002 para o atual 84º lugar e no coeficiente Gini, que mede a distribuição de renda, o Brasil é o sétimo pior país, esmagado há décadas entre as 10 nações mais mal avaliadas. Na Educação, estamos entre a 67ª e 74ª posição em Matemática, segundo o PISA, em ranking de 81 países. Ocupamos apenas a 30ª posição no IRBES (Índice de Retorno de Bem-Estar à Socie-

dade), com altíssima carga tributária e péssima retribuição em serviços públicos essenciais.

Campeão do Brasil é apenas na vergonhosa estatística de homicídios intencionais, registrando 33 mil mortes por ano. Além disso, levantamento da Transparência Internacional mostra que há 106 países com setor público mais honesto que o brasileiro. Em 2002, eram apenas 45, o que evidencia a degradação ética e de honestidade em nosso país. A corrupção se instalou de vez e, com ela, o equivalente entre 2,5% a 4% do PIB escorpe pelo ralo todos os anos (FGV-IBRE).

Certamente, não é esse o país que JK imaginou. Tampouco é a nação que os brasileiros mereçam. Juscelino fez a sua parte. Falta seguir seu exemplo.

# Igreja no Brasil se propõe a ser comunidades vocacionais



Pe. Edvagner Tomaz da Cruz, Professor Doutor em Teologia, Reitor do Seminário Diocesano de Jales e Pároco da São Luiz Gonzaga de Fernandópolis-SP

ção e a missão da comunidade cristã. O Congresso acontece em sintonia com o caminho que a Igreja vem fazendo para fortalecer uma verdadeira cultura vocacional, na qual cada pessoa possa perceber que sua vida é um dom de Deus e uma resposta a um chamado.

O tema escolhido para esta quinta edição é "Comunidades Vocacionais: encontro, testemunho e missão". A proposta parte da compreensão que as vocações não nascem e amadurecem de maneira isolada. É no contato com outras pessoas, na vida das comunidades, na oração, na escuta e no serviço que muitos descobrem o chamado de Deus. Por isso, uma comunidade vocacional é aquela que acolhe, acompanha e ajuda cada pessoa a discernir sua missão. O tema também recorda que a vocação cristã

não se limita ao sacerdócio ou à vida religiosa. Partindo do sacramento do Batismo, todo batizado é chamado à santidade e a participar da missão evangelizadora da Igreja, seja no matrimônio, na vida consagrada, no ministério ordenado ou na missão dos leigos.

O lema do Congresso é inspirado nos Atos dos Apóstolos: "Perseverantes e bem unidos, partiam o pão pelas casas" (At 2,46). A passagem apresenta as primeiras comunidades cristãs como grupos unidos pela fé, pela oração, pela convivência e pela partilha. O lema convida a Igreja de hoje a recuperar esse espírito de fraternidade e participação. E ainda, de construir comunidades nas quais as pessoas se sintam acolhidas, possam testemunhar sua fé e encontrem espaço para colocar seus dons a serviço

dos outros, além de que, a comunidade seja também lugar onde novas vocações possam surgir e crescer.

A realização do 5º Congresso Vocacional chega em um momento significativo para a Igreja brasileira. Não apenas discutir o futuro das vocações, mas o encontro propõe olhar para o presente e perguntar que tipo de comunidades estamos construindo. Paróquias, famílias, pastorais, movimentos, seminários e comunidades religiosas são chamados a assumir juntos a responsabilidade de criar ambientes onde cada pessoa possa descobrir sua vocação e encontrar apoio para vivê-la com alegria e fidelidade. O Congresso, é uma oportunidade para toda a Igreja renovar a consciência para a sinodalidade e que somos um povo chamado por Deus e enviado em missão.

Ao reunir diferentes vocações, experiências e realidades presentes na Igreja do Brasil, o Congresso poderá ajudar a fortalecer uma pastoral mais integrada e uma comunidade mais aberta à escuta e ao acompanhamento. O grande desafio será fazer com que as reflexões não terminem no encerramento do encontro, mas cheguem às dioceses, paróquias e comunidades. Afinal, uma cultura vocacional se constrói no cotidiano: quando uma comunidade acolhe, quando uma família incentiva, quando um jovem é acompanhado, quando alguém encontra espaço para servir e quando todos são ajudados a perguntar, com liberdade e confiança: "Senhor, qual é o caminho que prepareste para mim?"

Nas Dioceses e Regionais do Brasil muitas foram as iniciativas de preparação para o Congresso. A Diocese de

Jales, por exemplo, realizou seu Congresso Diocesano no último dia 22 de agosto reunindo representantes de muitas comunidades, pastorais e movimentos, com o desafio de criar uma cultura vocacional. Nas conclusões, levantou-se a necessidade de um trabalho vocacional desde o âmbito familiar, e ainda, com as crianças e adolescentes da catequese, com jovens e adultos no Encontro com Cristo, com leigos e leigas assumindo seu batismo. Toda a Igreja é chamada a renovar sua esperança, fortalecer seus vínculos e assumir com maior entusiasmo a missão de despertar, acompanhar e sustentar as vocações. Trata-se de construir comunidades que sejam, de fato, lugares onde a vocação possa ser encontrada, testemunhada e vivida como missão.

## Alunos de Biomedicina do UNIJALES recebem orientações do Conselho Regional de Biomedicina sobre ética e atuação profissional



1 - Representando o Conselho Regional de Biomedicina, a Dra. Valquíria Pardo de Souza ministrou palestra para os alunos do UNIJALES 2 - Alunos do último semestre do curso de Biomedicina participaram da palestra sobre ética e atuação profissional. A diretora de Graduação do UNIJALES, Eliana Menossi 3 - Dra. Valquíria Pardo de Souza, o coordenador do curso de Biomedicina, Izidoro Borges e a professora Rafaela Galatti de Oliveira.

por Rafael Honorato  
Assessoria de Imprensa  
Unijales

O profissional formado em Biomedicina encontra um

mercado de trabalho com diferentes possibilidades de atuação, que vão desde análises clínicas e diagnóstico por imagem até áreas como estética, pesquisa, indústria

e saúde pública. Conhecer esses caminhos e, principalmente, compreender as normas e os princípios éticos que regem a profissão são etapas importantes na pre-

paração dos futuros biomédicos.

Para aproximar os estudantes dessa realidade, alunos do último semestre do curso de Biomedicina do Cen-

tro Universitário de Jales (UNIJALES) participaram, na segunda-feira, dia 24, da palestra "Ética para Futuros Biomédicos e Caminhos da Biomedicina", ministrada pela Dra. Valquíria Pardo de Souza.

Biomédica e mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), Dra. Valquíria é conselheira e integrante do Conselho de Ética do Conselho Regional de Biomedicina da 1ª Região, além de membro da Associação Brasileira de Ensino em Biomedicina.

Durante o encontro, a profissional apresentou aos estudantes diferentes possibilidades de atuação na Biomedicina e abordou questões relacionadas à ética, às responsabilidades profissionais e às normas que devem ser observadas no exercício da profissão.

Dra. Valquíria explicou que o Conselho Regional de Biomedicina realiza um trabalho contínuo de aproximação com instituições que oferecem a graduação em Biomedicina, levando orientações aos uni-

versitários antes mesmo do ingresso no mercado de trabalho. A iniciativa permite que os futuros profissionais conheçam melhor o papel do Conselho, seus direitos, deveres e as responsabilidades que passarão a assumir após a formação.

Sob coordenação do professor Izidoro Borges, o curso de Biomedicina do UNIJALES busca proporcionar uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, preparando os estudantes para atuar em diferentes níveis de atenção à saúde, na indústria, em laboratórios e em programas de saúde pública, sempre pautados pelos princípios éticos da profissão.

A realização de atividades como essa busca aproximar os estudantes de profissionais e entidades que fazem parte da Biomedicina, ampliando o contato com diferentes experiências e conhecimentos que contribuem para a preparação para o mercado de trabalho.

## Recorde de projetos de lei para PcDs não garante inclusão real sem conscientização e movimento social, alerta André Naves



Para o defensor público federal, o Brasil já possui uma das legislações mais avançadas do mundo; a mudança efetiva exige sensibilização coletiva e engajamento da sociedade civil.

O número de projetos de lei (PLs) voltados para as

Pessoas com Deficiência (PcDs) protocolados na Câmara dos Deputados atingiu o recorde de 862 proposições no último ano, segundo levantamento do R7. A fatia desse tema em relação ao total de projetos apresentados pelos parlamentares saltou de 8% em 2018 para 13%. O levantamento apontou ainda que a proliferação legislativa contrasta com a baixa representatividade direta no Parlamento, onde menos de 1,3% dos eleitos nos últimos três pleitos declararam alguma deficiência ao TSE.

Para o Defensor Público Federal André Naves, especialista em direitos humanos, economia política e inclusão social, os dados do levantamento mostram que o tema ganha espaço no debate público, mas evidenciam os

limites da via puramente legislativa.

"O Brasil já possui uma das legislações mais avançadas do mundo na proteção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, desde a Lei de Cotas e o Estatuto da Pessoa com Deficiência até a Convenção da ONU com status constitucional. O problema do país nunca foi a falta de leis. A questão central é que o arcabouço normativo, por si só, não tem o poder de mudar mentalidades ou derrubar o capacitismo que está enraizado na sociedade", destaca Naves.

### Além da produção legislativa

O defensor ressaltou que a dependência excessiva de novas leis pode gerar a falsa sensação de dever cumprido, mantendo a inclusão

restrita a burocracias ou a itens de conformidade em planilhas de RH.

"A verdadeira transformação social não nasce do acúmulo de papéis ou de novos textos legais, mas da conscientização, da sensibilização e do fortalecimento do movimento social. Precisamos educar as pessoas para enxergarem a diversidade e a acessibilidade não como caridade ou favor, mas como vetores de dignidade, inovação e desenvolvimento econômico. A lei estabelece o direito; é a conscientização que o torna real e o movimento social que o mantém vivo e atuante", conclui André Naves.

Para saber mais sobre o trabalho de André Naves, acesse o site andrenaves.com ou acompanhe pelas redes sociais: andrenaves.def.

Signa-se no Google  
www.folhanoroeste.blogspot.com.br

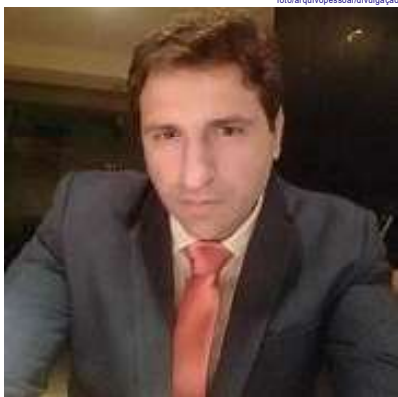
**Escritório Nilo**  
CONTABILIDADE  
PONTES & VIALLE SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA  
nilojales@terra.com.br

Transferências  
Licenciamento de Veículos  
Registro de Porte de Armas  
Escritas Fiscais e Contábeis

telefone  
(17) 3632.1502

Rua 05 nº 2182 - Centro - Jales (SP)

# Inteligência Artificial, Democracia Municipal e Integridade Eleitoral: Limites Constitucionais aos Conteúdos Sintéticos no Contexto de Jales



**Dr. Rodrigo Murad Vitoriano**  
Procurador Jurídico – Câmara Municipal de Jales

## 1 Introdução

A inteligência artificial generativa modificou as condições de produção e circulação da informação política. Sistemas capazes de produzir textos, imagens, áudios e vídeos realistas permitem a criação de conteúdos sintéticos que simulam acontecimentos, declarações e comportamentos inexistentes. No processo eleitoral, essa possibilidade intensifica a tensão entre a proteção da integridade democrática e a liberdade de expressão.

O problema jurídico, contudo, não está na utilização da inteligência artificial em si. A tecnologia possui aplicações legítimas na comunicação, educação, criação artística, jornalismo e participação política. A preocupação surge quando recursos sintéticos são utilizados para fabricar aparência de realidade capaz de induzir eleitores ao erro e interferir na formação de sua vontade.

A internet já havia transformado a esfera pública ao ampliar o número de emissores e reduzir barreiras à participação política. Paralelamente, plataformas digitais passaram a influenciar a visibilidade das mensagens por mecanismos de recomendação, classificação e moderação (CASTELLS, 2013; GILLESPIE, 2018). A inteligência artificial acrescenta nova dimensão ao fenômeno, pois não apenas organiza a circulação, mas também produz os conteúdos.

Os conteúdos sintéticos abrangem materiais integralmente produzidos ou significativamente modificados por sistemas computacionais. As *deepfakes*, por sua vez, constituem uma de suas manifestações mais conhecidas, especialmente pela manipulação realista de imagens e vozes (CHESNEY; CITRON, 2019). A relevância jurídica deve, portanto, concentrar-se nos riscos decorrentes da utilização da tecnologia, e não exclusivamente na técnica empregada.

O desafio está em encontrar o equilíbrio. A inteligência artificial, por si só, não pode ser tratada como ameaça à liberdade de expressão. O problema aparece quando seus recursos são utilizados para fabricar uma falsa realidade, capaz de enganar eleitores e interferir na escolha política. Em municípios como Jales, onde a relação entre candidatos, instituições e população é especialmente próxima, essa questão ganha ainda mais

importância.

## 2 Inteligência Artificial e Comunicação Política

A comunicação política passou de um modelo predominantemente concentrado em jornais, rádio e televisão para ambiente marcado pela participação direta de cidadãos, organizações e movimentos sociais (CASTELLS, 2013). Entretanto, a descentralização da produção não eliminou a intermediação: plataformas digitais condicionam a circulação das mensagens por sistemas de recomendação, classificação e moderação (GILLESPIE, 2018; KLONICK, 2018).

A inteligência artificial generativa amplia esse cenário ao permitir que conteúdos sofisticados sejam produzidos com baixo custo e sem conhecimento técnico especializado. Um usuário pode criar texto, imagem, voz ou vídeo com aparência documental e disseminá-lo rapidamente.

O risco eleitoral não é absolutamente novo, pois informações falsas sempre integraram disputas políticas. A novidade está na capacidade de produzir falsificações realistas em escala e velocidade elevadas. Uma gravação artificial pode atribuir a candidato declaração que jamais realizou ou criar aparência de acontecimento inexistente (CHESNEY; CITRON, 2019).

A proximidade do pleito aumenta o potencial de dano. Conteúdo divulgado com antecedência pode ser contestado e contextualizado. Já uma falsificação disseminada imediatamente antes da votação pode alcançar eleitores antes que candidatos, imprensa, plataformas ou instituições consigam apresentar resposta eficaz.

No âmbito municipal, o fenômeno pode assumir características próprias. A proximidade entre candidatos e população facilita a circulação de informações em redes sociais e aplicativos de mensagens. Um vídeo falso envolvendo candidato a prefeito ou vereador pode produzir efeitos relevantes mesmo sem alcançar grande audiência nacional.

A questão jurídica consiste, assim, em distinguir comunicação legítima de fabricação fraudulenta de realidade. O elemento decisivo não é a existência da inteligência artificial, mas o contexto comunicacional e o risco efetivamente produzido.

## 3 Liberdade de

## Expressão e Integridade Eleitoral

A liberdade de expressão é elemento essencial da democracia porque protege tanto a manifestação individual quanto o interesse coletivo na circulação de ideias, críticas e informações. O debate político pressupõe pluralismo, dissenso e possibilidade de erro. Dworkin (2007) relaciona essa liberdade ao reconhecimento dos cidadãos como agentes autônomos, impondo limites ao paternalismo estatal.

Iso não significa ausência de proteção contra práticas fraudulentas. A influência sobre o eleitor é própria da propaganda política. Diferente é a conduta que fabrica falsa aparência de realidade e apresenta o material como registro autêntico de acontecimento inexistente.

Uma crítica política busca persuadir por meio de argumentos, opiniões ou interpretações. Uma falsificação apresentada como documento pode levar o eleitor a decidir com base na crença de que determinado fato realmente ocorreu. A relevância jurídica decorre, portanto, da combinação entre falsidade, aparência de autenticidade e potencial concreto de engano.

Uma paródia criada por inteligência artificial e claramente identificável como ficção não apresenta o mesmo risco de um vídeo sintético divulgado como gravação verdadeira de candidato. Embora a tecnologia possa ser semelhante, o contexto constitucional é diferente.

A intervenção estatal deve, portanto, evitar dois extremos: permitir que a tecnologia seja utilizada para fraude eleitoral e, simultaneamente, transformar o Estado em árbitro geral da verdade política. A liberdade de expressão exige proteção especialmente intensa para críticas, sátiras e opiniões controversas, desde que não se confundam com fabricação deliberadamente enganosa de fatos.

## 4 Matriz de Risco dos Conteúdos Sintéticos

A intervenção estatal deve observar proporcionalidade e necessidade. Conforme Alexy (2015), conflitos entre princípios exigem consideração das circunstâncias concretas e da intensidade das restrições. Não basta perguntar se o conteúdo é artificial ou falso; é necessário identificar o risco que produz.

Neste contexto, propõe-se uma matriz composta por seis fatores: aparência de autenticidade, finalidade comunicacional, potencial de engano, alcance, potencial de dano eleitoral e proximidade temporal do pleito.

A aparência de autenticidade é relevante porque materiais apresentados como registros documentais possuem maior capacidade de induzir a erro. A finalidade de também importa: utilização artística, educativa, jornalística ou satírica não deve ser automaticamente equiparada à fraude. O potencial de engano depende da possibilidade razoável de o público reconhecer a natureza artificial do material.

O alcance deve ser considerado porque conteúdo restrito não necessariamente

apresenta o mesmo risco de aquele impulsionado ou amplificado para grande parcela do eleitorado. O potencial de dano exige avaliação da relevância da informação para a disputa eleitoral. Por fim, a proximidade do pleito influencia a capacidade de contestação e resposta.

Nenhum desses elementos determina isoladamente a ilicitude. A análise deve ser conjunta e contextual.

A resposta jurídica também deve ser graduada. Em situações de baixo risco, transparência e contextualização podem ser suficientes. Em hipóteses intermediárias, podem ser adotadas medidas de correção ou redução de alcance. Restrições intensas devem ser reservadas a situações de risco concreto e elevado, especialmente quando estejam combinadas elevada aparência de autenticidade, finalidade enganosa, ampla disseminação, potencial significativo de dano e proximidade da votação.

Essa abordagem é compatível com a evolução da regulamentação eleitoral brasileira, especialmente com as alterações da Resolução do TSE nº 23.610/2019 e as normas posteriores sobre inteligência artificial e conteúdos sintéticos (BRASIL, 2019; BRASIL, 2024; BRASIL, 2026).

## 5 Democracia Municipal e Jales

A questão possui especial relevância no âmbito municipal, onde as decisões políticas produzem efeitos imediatos e a relação entre cidadãos, candidatos e instituições é mais próxima. Jales constitui recorte adequado para demonstrar como os riscos da inteligência artificial podem atingir a formação da vontade política local.

A Lei Orgânica do Município de Jales, promulgada em 5 de abril de 1990, estrutura a organização político-institucional local e contempla disposições relativas à participação e fiscalização popular. Seu art. 62 assegura a organização do Conselho Comunitário, remetendo seu funcionamento à regulamentação por lei complementar (JALES, 1990).

A previsão demonstra que a democracia municipal não se limita ao momento eleitoral. A cidadania envolve participação, acompanhamento e fiscalização dos assuntos públicos. Para que essas atividades sejam exercidas adequadamente, é necessário que a população tenha condições de formar juízos a partir de informações minimamente confiáveis.

A referência à Lei Orgânica, entretanto, não significa competência municipal para criar disciplina eleitoral própria. As eleições submetem-se ao Código Eleitoral, à Lei nº 9.504/1997 e às normas expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 1965; BRASIL, 1997; BRASIL, 2019; BRASIL, 2024; BRASIL, 2026).

Imagine-se, por exemplo, em Jales, a divulgação de um vídeo produzido por inteligência artificial que atribua falsamente a um candidato a prefeito ou a vereador determinada declaração sobre tema de interesse da população. Se o conteúdo estiver claramente apresen-

tado como paródia, sátira ou ficção, a liberdade de expressão deve ser preservada. A situação é diferente quando o vídeo é apresentado como uma gravação autêntica, possui aparência de veracidade e é utilizado com a finalidade de induzir o eleitorado ao erro.

Assim, o simples uso da inteligência artificial não é suficiente para caracterizar uma violação à legislação eleitoral ou justificar uma restrição à liberdade de expressão. A análise jurídica deve considerar, conjuntamente, a forma como a tecnologia foi utilizada, a finalidade da mensagem, seu potencial de enganar os eleitores e o risco concreto de interferência na formação da vontade eleitoral.

## Conclusão

A inteligência artificial generativa modificou a comunicação política ao permitir produção rápida e sofisticada de conteúdos sintéticos. Sua relevância jurídica não decorre simplesmente da artificialidade do material, mas da possibilidade de criar representações com aparência de autenticidade capazes de interferir na vontade eleitoral.

A utilização de inteligência artificial não constitui fundamento autônomo para restringir a liberdade de expressão. A distinção juridicamente relevante está entre produção artificial legítima e utilização fraudulenta da tecnologia para fabricar falsa aparência de realidade.

A análise deve considerar aparência de autenticidade, finalidade, potencial de engano, alcance, potencial de dano e proximidade temporal do pleito. Esses elementos devem ser avaliados conjuntamente, mediante resposta proporcional e graduada.

O contexto de Jales demonstra que a questão possui dimensão local. A Lei Orgânica, ao reconhecer mecanismos de participação e fiscalização popular, evidencia que a democracia municipal depende de condições adequadas para a formação da opinião pública (JALES, 1990).

A resposta constitucional não está em proibir a inteligência artificial, nem em permitir que seu uso seja transformado em instrumento de fraude eleitoral. O caminho está no equilíbrio: identificar, em cada caso concreto, o risco efetivamente produzido e adotar uma medida proporcional à sua gravidade. É preciso proteger o eleitor contra a manipulação deliberada sem transformar a liberdade de expressão em vítima do combate à desinformação.

Ao preservar o pluralismo, a participação popular e essa liberdade essencial, o Direito também protege aquilo que está no centro de todo processo eleitoral: a possibilidade de cada cidadão formar sua própria convicção e exercer, de maneira livre e consciente, seu direito de escolha. É dessa liberdade que depende, em última análise, a legitimidade do processo eleitoral e a própria força da democracia, em benefício de toda a coletividade.

## Referências

ALEXY, Robert. Teoria das

direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 1965.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre propaganda eleitoral. Brasília, DF: TSE, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.732, de 27 de fevereiro de 2024. Altera a Resolução-TSE nº 23.610/2019. Brasília, DF: TSE, 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.755, de 2 de março de 2026. Altera a regulamentação da propaganda eleitoral. Brasília, DF: TSE, 2026.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHESNEY, Bobby; CITRON, Danielle. Deep fakes: a looming challenge for privacy, democracy, and national security. California Law Review, Berkeley, v. 107, n. 6, p. 1753-1819, 2019.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GILLESPIE, Tarleton. Custodians of the internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. New Haven: Yale University Press, 2018.

GILLESPIE, Tarleton. Custodians of the Internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media. New Haven: Yale University Press, 2018.

JALES (Município). Lei Orgânica do Município de Jales, de 5 de abril de 1990. Jales, SP: Câmara Municipal de Jales, 1990.

KLONICK, Kate. The new governors: the people, rules, and processes governing online speech. Harvard Law Review, Cambridge, v. 131, n. 6, p. 1598-1670, 2018. (Footnotes)

1 Mestrando em Direito Digital pelo Centro Universitário Euclides de Marília (UNIVEM). Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Potiguar (UNP-RN) e pela Universidade Gama Filho (RJ), com especializações em Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Processual Civil. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) e graduando em Gestão Pública pela Estação de Ribeirão Preto. Atuou na advocacia e exerceu cargos públicos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e no Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). Integrou, em duas gestões, o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Procuradores Legislativos Municipais (APROLEGIS). Atualmente, exerce o cargo de Procurador Jurídico do Poder Legislativo de Jales-SP, é membro efetivo da Comissão Permanente da Advocacia Pública da Ordem dos Advogados do Brasil

## 31 de agosto – Dia do nutricionista

# Comer menos não significa comer melhor — nutricionista lista 5 alertas para quem usa GLP-1

As chamadas canetas emagredoras mudaram a conversa sobre perda de peso. Medicamentos que atuam sobre o GLP-1, como semaglutida e tirzepatida, passaram a fazer parte da rotina de um número crescente de pessoas e também das discussões nas redes sociais.

De acordo com a Anvisa somente no segundo semestre de 2025, foram importados mais de 100 quilos de insumos que poderiam ser utilizados na preparação de aproximadamente 20 milhões de doses de medicamentos injetáveis da classe dos agonistas de GLP-1.

Mas, em meio ao entusiasmo com a possibilidade de perder peso com mais facilidade, existe uma pergunta que merece ganhar espaço: se a pessoa está comendo menos, ela está necessariamente comendo melhor? A resposta é não.

É justamente nesse ponto que o acompanhamento nutricional ganha ainda mais relevância. Ao reduzir a fome e aumentar a sensação de saciedade, os medicamentos podem levar a uma diminuição significativa da quantidade de alimentos consumidos. E, quando o volume da alimentação diminui, a qualidade nutricional das escolhas passa a ser ainda mais importante.

Para Vanessa Rocha, nutricionista do Mundo Verde, o momento exige justamente o contrário de uma alimentação cada vez mais restritiva: é preciso olhar para o que está sendo consumido, e não apenas para quanto. “Quando a fome diminui, existe o risco de a pessoa simplesmente reduzir muito a quantidade de comida e acreditar que isso, por si só,

é suficiente para emagrecer com saúde. Mas comer menos não significa necessariamente comer melhor. Se o volume alimentar caiu, precisamos garantir que aquilo que permanece na alimentação tenha qualidade e forneça os nutrientes necessários”, explica.

A nutricionista aponta cinco cuidados que merecem atenção durante o tratamento com medicamentos à base de GLP-1:

**1. Menos fome, mais atenção** ao que vai para o prato — com a redução do apetite, algumas pessoas passam a fazer refeições muito menores, pular refeições ou até perder o interesse por determinados alimentos. Embora a menor ingestão energética possa fazer parte do processo de emagrecimento, a restrição excessiva pode dificultar o consumo adequado de nutrientes. Por isso, o trabalho do nutricionista vai muito além de montar uma dieta. O profissional avalia as necessidades individuais e adapta a alimentação à rotina, aos objetivos, à composição corporal, ao nível de atividade física e à tolerância de cada paciente ao tratamento. “Uma das principais preocupações é garantir que, mesmo comendo menos, a pessoa continue recebendo proteínas, fibras, vitaminas, minerais e líquidos em quantidade adequada. A estratégia não deve ser simplesmente reduzir o prato, mas tornar as refeições menores mais nutritivas”, afirma Vanessa.

**2. Proteínas, fibras, hidratação e densidade nutricional:** o quarteto que merece atenção — com a perda de peso, preservar a massa muscular é um dos principais



Com a popularização dos medicamentos para emagrecimento, nutricionista alerta para a importância de proteínas, fibras, hidratação e preservação da massa muscular durante o tratamento

cuidados. A ingestão adequada de proteínas, distribuída ao longo do dia de acordo com as necessidades individuais, pode contribuir para esse objetivo. A alimentação deve ser associada à prática de exercícios, especialmente os resistidos, conforme orientação profissional. As fibras também merecem atenção. Frutas, verduras, legumes, sementes e farelos são importantes fontes do nutriente e podem contribuir para o funcionamento intestinal. Como alterações gastrointestinais podem ocorrer durante o tratamento, a alimentação precisa ser ajustada individualmente, considerando a tolerância de cada pessoa. A hidratação é outro ponto importante. Náuseas, vômitos e diarreia, quando presentes, podem aumentar o risco de desidratação. Mesmo com menor ingestão de ali-

mentos, a atenção ao consumo de líquidos deve permanecer. Já quando o volume das refeições diminui, a densidade nutricional ganha ainda mais importância. Ou seja: cada escolha pesa. Alimentos nutritivos devem ocupar espaço na rotina, enquanto o excesso de produtos ultraprocessados e opções com baixa densidade nutricional pode comprometer a qualidade da alimentação.

**3. O perigo de transformar a caneta em uma solução mágica:** outro comportamento que merece atenção é a ideia de que o medicamento “faz todo o trabalho”. Embora os análogos de GLP-1 sejam ferramentas importantes no tratamento da obesidade, eles não substituem alimentação equilibrada, atividade física e mudanças de comportamento. “O medicamento

pode ajudar no controle da fome, mas não ensina sozinho a pessoa a se alimentar. O acompanhamento nutricional pode aproveitar esse momento de maior controle do apetite para trabalhar escolhas, rotina, qualidade da alimentação e comportamentos que possam ser mantidos no longo prazo”, destaca. Isso também ajuda a entender uma preocupação frequente entre quem emagrece: o chamado efeito sanfona. Mais do que buscar uma dieta extremamente restritiva durante o uso da medicação, é importante desenvolver estratégias alimentares sustentáveis para que os hábitos construídos possam continuar fazendo parte da vida do paciente.

**4. O que filtrar em meio ao excesso de informação?** se as canetas ganharam espaço nos consultórios, tam-

bém conquistaram as redes sociais. Vídeos com “dietas para quem usa Ozempic”, listas de alimentos proibidos, estratégias para potencializar o emagrecimento e recomendações de suplementos se multiplicam diariamente. O problema é que uma estratégia que funciona para uma pessoa não necessariamente funciona para outra e algumas orientações podem até ser inadequadas. “Estamos vivendo uma avalanche de informações sobre emagrecimento. É importante entender que não existe uma alimentação padrão para quem utiliza GLP-1. Cada pessoa tem necessidades, objetivos, rotina, composição corporal e tolerância diferentes. Por isso, a orientação individualizada é tão importante”, ressalta Vanessa.

**5. O objetivo vai além da balança:** no fim das contas, a discussão sobre as canetas emagredoras não deveria se resumir ao número que aparece na balança. A perda de peso pode ser parte do tratamento, mas a qualidade da alimentação, a preservação da massa muscular, a hidratação e a construção de hábitos sustentáveis também fazem parte desse processo. “Emagrecer pode ser o começo de uma mudança, e não o ponto final. O mais importante é que o paciente consiga construir uma forma de se alimentar e cuidar da saúde que faça sentido para a sua vida e que possa ser mantida no futuro. O medicamento é uma das estratégias de tratamento, mas os hábitos construídos ao longo do acompanhamento são fundamentais”, conclui a nutricionista.

## Colesterol baixo também pode ser um problema? Entenda quando investigar

A redução do colesterol pode ocorrer por hábitos saudáveis ou tratamento adequado, mas, quando é inesperada, merece avaliação clínica.

Quando o assunto é colesterol, a preocupação costuma estar voltada aos níveis elevados no sangue. No entanto, uma redução importante e não esperada também pode merecer atenção, especialmente quando vem acompanhada de perda de peso involuntária, mudanças no apetite ou outros sintomas.

O colesterol exerce funções essenciais no organismo: faz parte da estrutura das membranas celulares e participa da produção de hormônios esteróides e ácidos biliares, importantes para a digestão das gorduras, além da síntese de vitamina D.

No exame de sangue, são avaliados o colesterol total, LDL, HDL e triglicérides. Mais do que um valor isolado, a interpretação deve conside-

rar o histórico do paciente, seus fatores de risco, hábitos de vida, uso de medicamentos e a comparação com exames anteriores.

Pensando nisso, Dra. Paula Matos Lemos, clínica geral do dr.consulta, lista as principais causas do colesterol baixo, além dos possíveis riscos e sinais de alerta.

**Confira:**  
**Quando o colesterol baixo é esperado?**

A redução do LDL e dos triglicérides pode ocorrer após perda de peso planejada, melhora da alimentação, prática regular de atividade física e redução do consumo de álcool. Também é uma consequência esperada de medicamentos prescritos para redução do risco cardiovascular, como estatinas e outras terapias hipolipemiantes.

Nessas situações, quando a redução ocorre após mudanças consistentes no estilo de vida ou durante trata-

mento indicado para reduzir o risco cardiovascular, o resultado geralmente representa uma evolução favorável. O tratamento não deve ser suspenso ou alterado sem orientação médica.

O objetivo é atingir uma meta de LDL adequada ao risco cardiovascular de cada pessoa. Em pacientes com risco cardiovascular elevado, reduções mais intensas do LDL podem trazer proteção importante para o coração e os vasos.

**Quando investigar?**

A atenção é maior quando a queda é nova, acentuada e sem explicação evidente. Em geral, considera-se hipolipemia quando o colesterol total está abaixo de 120 mg/dL ou o LDL abaixo de 50 mg/dL, mas esses valores devem sempre ser interpretados no contexto clínico.

**Entre as possíveis causas de colesterol baixo sem uso de medicação estão:**

\*dietas muito restritivas, baixa ingestão calórica, desnutrição ou inapetência prolongada;

\*hipertireoidismo;

\*doenças que comprometem a absorção de nutrientes, como doença celíaca, doença de Crohn, insuficiência pancreática crônica e outras síndromes de má absorção;

\*doenças hepáticas crônicas ou avançadas, que podem reduzir a produção de colesterol;

\*infecções crônicas, inflamação sistêmica e algumas neoplasias, sobretudo quando há perda de peso involuntária e sintomas constitucionais;

\*insuficiência renal avançada, estados de desnutrição ou perda de proteínas pelo intestino;

\*insuficiência adrenal;

\*causas genéticas, mais raras, como a hipobetalipoproteinemia familiar.

Na maioria das vezes, o

colesterol baixo não causa sintomas específicos. O ponto principal é entender se ele faz parte de uma mudança esperada no estilo de vida ou no tratamento, ou se pode ser um sinal indireto de outra condição de saúde.

**Sinais que merecem atenção**

É importante buscar avaliação médica quando a redução do colesterol ocorre sem motivo aparente, principalmente se houver:

\*perda de peso não intencional;

\*fadiga importante ou fraqueza persistente;

\*redução do apetite;

\*diarreia crônica, fezes gordurosas ou outros sintomas gastrointestinais;

\*palpitações, tremores, intolerância ao calor, sudorese excessiva ou alteração do hábito intestinal;

\*febre prolongada, sudorese noturna ou outros sinais de doença sistêmica.

A investigação pode incluir

a repetição do perfil lipídico e exames direcionados, como avaliação da tireoide, função hepática e renal, hemograma, marcadores inflamatórios e análise nutricional, conforme a história clínica.

**O que fazer?**

Não é recomendado tentar aumentar o colesterol por conta própria, nem interromper medicamentos prescritos. A conduta depende da causa identificada: em alguns casos, basta acompanhar; em outros, pode ser necessário ajustar a alimentação, revisar tratamentos em uso ou investigar doenças associadas.

Manter uma alimentação equilibrada, praticar atividade física, evitar o tabagismo e realizar exames periódicos são medidas importantes para a saúde cardiovascular. Mais do que buscar um número isolado, o ideal é compreender o perfil lipídico dentro do contexto de cada paciente.

**Carvalho.it**  
TECHNOLOGY

Ainda não escolheu o software ideal ou precisa de uma solução personalizada para sua empresa?

gestor.inOne  
agro.inOne  
condo.inOne  
track.inOne

Converse com um especialista e saiba como nossas soluções poderão lhe ajudar.

[contato@carvalhoit.com.br](mailto:contato@carvalhoit.com.br)  
[www.carvalhoit.com.br](http://www.carvalhoit.com.br)

## Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho recebeu o Projeto Bairro Limpo

O Projeto Bairro Limpo continua avançando pelos bairros de Jales. Nesta nova etapa, a força-tarefa da Prefeitura de Jales, por meio da Secretaria Municipal de Agronegócios, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, e com o apoio das secretarias de Saúde, Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Comunicação, chegou à Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho, levando equipes e serviços para melhorar a conservação das vias e dos espaços públicos e contribuir para mais qualidade de vida aos moradores.

A iniciativa reúne diferentes frentes de trabalho e, no bairro, conta com serviços de roçagem, limpeza, pintura de guias, poda de árvores em áreas públicas, manutenção urbana e também Operação Tapa-Buracos, contribuindo para a melhoria das condições do



Uma das ruas da Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho que foi restaurada

asfalto e da circulação pelas ruas.

O trabalho de recuperação do pavimento é realizado nos pontos que apresentam buracos e desgastes, ajudando a preservar as vias e proporcionando mais se-

gurança e conforto para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Paralelamente às ações de manutenção, as equipes da Vigilância em Saúde também participam do projeto, realizando orientações aos

moradores sobre os cuidados com casas, quintais e terrenos. A iniciativa reforça a importância da prevenção e da eliminação de possíveis criadouros do mosquito da dengue, além dos cuidados para evitar a presença de

escorpiões e outros animais peçonhentos.

Com uma atuação integrada, o Projeto Bairro Limpo busca atender as principais necessidades de cada região por onde passa, reunindo serviços que fazem diferença no cotidiano da população.

Depois de passar pelo Jardim São Gabriel e pelo Big Plaza, o projeto segue seu cronograma e agora concentra as ações na Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho. A proposta é avançar gradativamente por outras regiões de Jales, levando manutenção, limpeza, prevenção e melhorias para cada vez mais bairros.

A Prefeitura reforça que a colaboração dos moradores é essencial para conservar os resultados alcançados. O descarte correto de resíduos e a manutenção de quintais e terrenos limpos são

atitudes que ajudam a manter a cidade organizada e contribuem para a saúde e o bem-estar de toda a população.

O prefeito Luis Henrique, destacou a importância da continuidade do projeto e da participação da comunidade. "O Bairro Limpo é um trabalho que vai além da limpeza dos espaços públicos. Estamos levando diferentes serviços para dentro dos bairros e, ao mesmo tempo, orientando os moradores sobre os cuidados que ajudam a manter a cidade limpa e saudável. Agora, na Cohab Dercílio Joaquim de Carvalho, seguimos trabalhando para deixar o bairro mais organizado, conservado e com melhores condições para todos. A participação da população é fundamental para que esse trabalho tenha resultados duradouros", afirmou.

## Legislativo jalesense concede Moção de Aplausos ao sensei Gordo



O sensei Luis Antonio Nunes de Moraes (Gordo) e vereadores após sessão camarária

Na segunda-feira (24), o vereador Bruno Henrique de Paula (PL), presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, concedeu a moção de aplausos 31/2026, ao sensei Luiz Antônio Nunes de Moraes, também conhecido como "Gordo", por sua trajetória dedicada ao esporte, à educação e especialmente ao desenvolvimento e à promoção do judô no município de Jales. A homenagem, foi entregue logo após o término da sessão ordinária que contou com a presença do homenageado sensei Gordo e demais vereadores.

Na ocasião, os vereadores Luís Especiato, Elder Garcia Mansueli, Leandro Antonio Bigotto e Fábio Kazuto Matsumura fizeram uso da palavra em tons carinhosos e respeitosos a Moraes, e relembaram histórias em que estiveram envolvidos, relacionadas direta ou indiretamente ao profissional.

O presidente Bruno de Paula também fez inúmeros elogios ao sensei. "O senhor

é uma pessoa íntegra, fez e continua fazendo um bem para a sociedade, com uma perfeição incrível do trabalho que faz para as crianças, os adolescentes e até adultos. Tudo em que colocava a mão dava certo. A molecada era fera no judô. Temos que elogiar o senhor, porque se eles são do jeito que são, é graças ao senhor. Esse cara faz com que eles se tornem cidadãos de bem, de caráter, e façam a diferença na sociedade não só jalesense, mas em geral. Obrigado por tudo o que o senhor fez, faz e continuará fazendo", declarou.

Na Moção, de Paula manifestou "os mais calorosos aplausos" e mencionou que Moraes, há mais de cinco décadas, vem desempenhando relevante trabalho na formação de atletas e cidadãos.

"Nascido em 23 de abril de 1952, na cidade de Rancharia/SP, Luiz Antônio Nunes de Moraes possui formação superior em Educação Física e construiu uma trajetória profissional marca-

da pelo compromisso com a educação e o esporte. Atuou durante 36 anos como professor de educação física na rede estadual de ensino, encontrando-se atualmente aposentado do serviço público estadual, sem, contudo, afastar-se das atividades que sempre nortearam sua vida profissional", contou o vereador na Moção.

Nela também consta que a história de Moraes com o judô teve início quando ainda era jovem, e que é a modalidade à qual vem dedicando aproximadamente 62 anos de sua vida. "Desde os primeiros contatos com o esporte, demonstrou dedicação e perseverança, construindo, ao longo das décadas, uma trajetória de profundo envolvimento com a prática, o ensino, a arbitragem e a organização de competições", destacou de Paula.

Com a graduação Preta 5º Dan reconhecido pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e Federação Paulista de Judô (FPJ), o sensei Gordo é fundador e diretor



Sensei Gordo (5º à direita) durante workshop - módulo de arbitragem na 6ª DR

técnico da Associação de Judô Jalesense, instituição à qual se dedica desde 1973, onde permanece atuando. "Ao longo de sua trajetória, foi responsável pela formação de diversos atletas, inclusive graduando vários judocas à faixa-preta e contribuindo para que atletas de Jales alcançassem participação e classificação em competições regionais, estaduais, paulistas e nacionais", detalhou o Presidente.

Como judoca participou de inúmeros Jogos Regionais e Jogos Abertos, destacando-se, entre suas conquistas, o terceiro lugar na categoria Absoluto dos Jogos Abertos realizados na cidade de Pirassununga, em 1975. Posteriormente, como técnico, passou a desempenhar importante papel na preparação de atletas, conduzindo judocas jalesenses a expressivas participações e colocações em diversas competições.

"Além de sua atuação como professor e técnico, Luiz Antônio Nunes de Moraes possui destacada expe-

riência na arbitragem do judô, atuando como árbitro na categoria Nacional A pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ), sendo convocado, em diversas oportunidades, para atuar em importantes competições, incluindo Jogos Regionais e Jogos Abertos. Exerceu também, por vários anos, a função de Diretor de Arbitragem da 6ª Delegacia Regional Araraquarense de Judô, desempenhando atualmente a função de Diretor de Disciplina da referida entidade", relatou de Paula na Moção.

Sua contribuição para o judô jalesense também se evidencia, de acordo com o parlamentar no documento, na organização de eventos da modalidade no município e na responsabilidade técnica pelos polos do Projeto de Judô "Brincando e Aprendendo", iniciativa que contribui para a disseminação dos valores inerentes ao esporte, como disciplina, respeito, perseverança, responsabilidade e convivência social".

"Ao longo de sua extensa trajetória, o 'Sensei Gordo'

buscou permanentemente aperfeiçoar seus conhecimentos, participando de diversos cursos técnicos e de arbitragem de judô promovidos pela Federação Paulista de Judô e pela Confederação Brasileira de Judô, além de cursos e capacitações nas áreas de defesa pessoal, primeiros socorros, recreação, ginástica, ginástica artística, educação especial e práticas desportivas voltadas às pessoas com deficiência, entre outros", está registrado na proposição.

De Paula acrescentou ainda que a homenagem "representa o reconhecimento do Poder Legislativo Jalesense a uma trajetória de dedicação que ultrapassa os resultados obtidos em competições". "Por meio de seu trabalho, gerações de crianças, jovens e adultos tiveram a oportunidade de conhecer e praticar o judô, desenvolvendo não apenas habilidades esportivas, mas também valores fundamentais para a formação pessoal e para o exercício da cidadania", finalizou o presidente da Câmara.

## O Espírito Santo é todo Espírito manifestante



por José Reis Chaves

Todo Espírito é santo, pois ele é criação de Deus ou de outros Espíritos que trabalham em nome de

Deus. (Hebreus 1: 14).

Também, todo Espírito, ao ser criado junto com o corpo de sua primeira encarnação, nasce totalmente ignorante, como ensina Kardec. E surgiu a errônea Tábuja Rasa ou página em branco para todo bebê que nasce. O filósofo materialista John Locke (Século XVII) foi quem deu ênfase à Tábuja Rasa. Na Antiguidade, Aristóteles, de leve, já havia falado também nela. Mas Platão não a aceitava, pois ele defendia a reencarnação que demonstra que quem nasce

pode possuir conhecimentos de suas vidas passadas. A Bíblia defende, igualmente, essa ideia platônica contra a citada Tábuja Rasa. E São várias as passagens bíblicas contrárias a ela. Citei uns exemplos. "Eu era um bom rapaz, por isso, nasci num corpo perfeito." (Livro de Sabedoria 8:19) da Bíblia Católica.

"Para alguém chegar ao Reino dos Céus, é necessário nascer de novo." (João 3:3).

E o texto das traduções novas: Eu visito a iniquidade

dos pais "nos filhos", "até" a terceira e quarta geração (Êxodo 20:5). Nas traduções antigas, em vez da preposição "até", elas têm a preposição "em" mais o artigo "a", ficando "na". E o texto errado das traduções novas quer dizer que os filhos (segunda geração do pai pecador), os netos (terceira geração do avô pecador) e os bisnetos (quarta geração do bisavô pecador) não confere com o texto correto das traduções antigas. Por exemplo, o tradutor João de Almeida (Século XVII), numa

Bíblia de 1930, não reformada, diz assim: "Sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos (contra os) filhos, "na" terceira (netos) e na quarta (bisnetos) geração daqueles que me aborrecem. Aqui, o avô e, principalmente, o bisavô, geralmente, já morreram, e os seus Espíritos, estando desencarnados, podem reencarnar nos seus netos e bisnetos, pagando o que semearam de errado (São Mateus 5: 26), o que lembra o dito popular "Aqui se faz, aqui se paga." E eles, os Espíritos,

geralmente, reencarnam nos seus familiares e descendentes.

Nas traduções novas da Bíblia, como demonstrei, há um erro grave, pois filho não paga pecado de pai. (Ezequiel 18: 20). E como vimos, todo Espírito é santo, mas uns podem ser pouco evoluídos e ensinarem, pois, erros, pelo que João na sua Primeira Carta 4: 1 e Kardec ensinam que os Espíritos devem ser examinados, e que devemos dar crédito somente aos bons!



**Francisco Nascimento,**  
professor de Direito Constitucional da Estácio

## Uma imprensa livre não pode trabalhar sob vigilância

cionais.

Não se trata de uma garantia meramente individual do jornalista. O sigilo da fonte possui dimensão institucional e democrática. Ele existe porque a imprensa exerce uma função essencial de fiscalização do poder público. Sem a segurança de que suas identidades serão preservadas, fontes que detenham informações de interesse público poderão simplesmente deixar de falar. E, quando uma fonte deixa de falar, a sociedade perde uma importante possibilidade de conhecer e fiscalizar o exercício do poder.

É preciso reconhecer que o sigilo da fonte não confere imunidade ao jornalista. A liberdade de imprensa não autoriza crimes nem impede investigações legítimas. O Estado possui instrumentos para apurar ilícitos e responsabilizar seus autores. Há, entretanto, uma diferença constitucionalmente relevante entre investigar um eventual crime cometido por um jornalista e utilizar instrumentos investigatórios para descobrir quem lhe forneceu determinada informação.

É justamente nesse ponto

que a atuação do Supremo Tribunal Federal merece atenção crítica. Quando a investigação estatal alcança o jornalista com a finalidade, direta ou indireta, de identificar a origem de uma informação, cria-se o risco de produzir um efeito intimidatório sobre toda a atividade jornalística. O jornalista passa a trabalhar sob a perspectiva de que a publicação de informações sensíveis poderá resultar não apenas em responsabilização por eventual ilícito, mas também na utilização do aparato estatal para alcançar suas fontes.

Esse risco se torna ainda mais delicado quando a informação jornalística envolve integrantes das próprias instituições que exercem poder de investigação e julgamento. O jornalismo democrático existe, entre outras razões, para fiscalizar aqueles que ocupam posições de poder. Ministros do Supremo Tribunal Federal, magistrados, parlamentares e agentes do Executivo não estão acima do escrutínio público.

Por isso, medidas invasivas que possam atingir jor-

nalistas, seus arquivos, equipamentos ou elementos capazes de revelar suas fontes devem estar submetidas a um escrutínio constitucional especialmente rigoroso. Não basta a existência formal de uma investigação. É necessário demonstrar a necessidade concreta da medida, sua proporcionalidade e a inexistência de meios menos invasivos para alcançar uma finalidade legítima.

O próprio Supremo Tribunal Federal construiu, especialmente a partir da ADPF 130, uma importante jurisprudência de proteção à liberdade de expressão e de imprensa. Essa posição, contudo, precisa ser coerentemente preservada quando a crítica jornalística alcança o próprio Poder Judiciário e seus integrantes.

A legitimidade de uma Corte Constitucional não decorre apenas da autoridade de suas decisões, mas também da sua capacidade de conviver com o escrutínio público. Uma democracia constitucional não pode exigir uma imprensa livre apenas quando as informações publicadas são conve-

nientes às instituições. A liberdade de imprensa é mais importante justamente quando ela incomoda o poder.

Não se trata, portanto, de defender a impunidade de jornalistas ou de fontes. Trata-se de estabelecer limites ao poder estatal. Se existe um ilícito, que ele seja investigado e, comprovada a responsabilidade, que haja responsabilização nos termos da lei. O que não se pode admitir é que a busca pela origem de uma informação jornalística transforme-se, por si mesma, em instrumento capaz de enfraquecer a proteção constitucional conferida ao sigilo da fonte.

O Estado pode investigar. O Poder Judiciário pode determinar medidas cautelares. Mas todos esses poderes encontram limites na Constituição. E, quando o Estado começa a procurar a fonte de uma informação jornalística, não está apenas investigando uma pessoa: está colocando à prova os limites da própria liberdade de imprensa.

É justamente nesses momentos que a Constituição precisa falar mais alto do que o poder.

## STF decide que salário de auditores fiscais estaduais e municipais deve seguir teto local

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que auditores fiscais de estados e municípios devem continuar submetidos aos tetos remuneratórios estabelecidos em seus respectivos entes

federativos. A decisão foi unânime e tomada em sessão virtual encerrada em 18 de agosto.

A discussão ocorreu na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.882, apre-

sentada pela Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais e pela Confederação Nacional de Carreiras e Atividades Típicas de Estado.

As entidades defendiam

que a Reforma Tributária de 2023 teria conferido caráter nacional à carreira de auditor fiscal. Com esse entendimento, pediam que os profissionais fossem submetidos ao teto remuneratório

aplicável aos ministros do STF, em vez dos limites definidos nos estados e municípios.

**Reforma Tributária não unificou carreira, entende STF**

promoveram a unificação das carreiras ou dos respectivos planos funcionais.

Gilmar Mendes também lembrou que o STF já reconheceu a constitucionalidade da existência de limites

## Polícia terá 24 horas para acionar a Justiça em caso de descumprimento de medida protetiva

É o que prevê Projeto de Lei de autoria de Rosana Valle (PL-SP) já aprovado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados; proposta prevê prisão preventiva ou a colocação de tornozeleira eletrônica no transgressor de cautelar

A Polícia terá o prazo máximo de 24 horas para comunicar à Justiça o descumprimento de medida protetiva concedida a mulheres vítimas de violência doméstica. É o que prevê o Projeto de Lei (PL) 6.400/2025, de autoria de Rosana Valle (PL-SP), aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. A proposta altera a Lei Maria da Penha (11.340/2006), criando um rito mais rápido de atuação do Estado diante à violação de ordem judicial de proteção.

Na prática, hoje, a legislação determina que a autoridade policial comunique imediatamente o descumprimento da cautelar, mas não estabelece um prazo objetivo para que essa informação chegue à Justiça. Com o texto de Rosana aprovado e sancionado pela Presidência



da República, a Polícia terá até 24 horas para fazer a comunicação.

A partir daí, o juiz também terá o limite máximo de um dia para deliberar eventual pedido de prisão preventiva ou de monitoramento eletrônico do agressor, via tornozeleira. Em caso de detenção em flagrante, a audiência de custódia deverá acontecer em até 24 horas, igualmente.

"Quando uma mulher consegue medida protetiva e o

agressor decide desobedecê-la, estamos diante de um sinal claro de que o risco aumentou. Não podemos permitir que essa informação fique parada entre uma instituição e outra. Estou colocando prazo para o Estado agir porque, em uma situação como essa, cada hora faz a diferença entre proteger uma mulher e chegar tarde demais", observa Rosana, que está no segundo mandato no Congresso Nacional e é presidente da Executiva Estadual do PL Mulher de São Paulo.

A parlamentar protocolou o texto 6.400, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, em dezembro de 2025, em meio ao avanço dos casos de violência contra a mulher no País.

Além de aumentar a integração entre Polícia, Poder Judiciário, Ministério Público (MP) e a rede de atendimento às vítimas, para que, em caso de desobediência de cautelar, o rito seja cumprido em até 24 horas - ou seja, de maneira mais ágil e precisa do que acontece atualmente -, a proposta da liberal versa que a vítima seja informada, de forma aces-

sível e segura, sobre o andamento do processo e as providências adotadas pelas autoridades.

A proposta da parlamentar do PL-SP também estabelece a retirada imediata de armas de fogo quando houver posse ou porte pelo agressor, a fim de reduzir o risco de escalada da violência:

"A Lei Maria da Penha (11.340) foi um divisor de águas, mas a proteção só funciona de verdade quando o Estado reage rapidamente ao descumprimento de suas decisões. O agressor precisa saber que romper uma medida protetiva terá resposta imediata. É isso que queremos garantir", reforça Rosana.

**Tramitação**

Após o parecer favorável ao PL 6.400/2025 pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a matéria segue, agora, para análise da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e, posteriormente, das Comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), antes de ser votada em Plenário da Câmara dos Deputados.



**Corte rejeitou pedido para aplicar à categoria o teto remuneratório dos ministros do STF; decisão foi unânime**

Relator da ação, o ministro Gilmar Mendes rejeitou o argumento. Segundo ele, os auditores fiscais não integram uma carreira de caráter nacional, uma vez que a Constituição distribui entre União, estados, Distrito Federal e municípios as competências relacionadas à administração tributária.

Na avaliação do ministro, a Reforma Tributária não alterou essa estrutura. As mudanças estabeleceram mecanismos de cooperação e coordenação entre as administrações tributárias, mas não

remuneratórios próprios para servidores estaduais e municipais.

A previsão está relacionada à Emenda Constitucional 41, de 2003, que estabeleceu regras para os limites de remuneração no serviço público. Dessa forma, permanece válida a aplicação dos tetos correspondentes a cada ente federativo aos auditores fiscais estaduais e municipais.

A decisão do relator foi acompanhada pelos demais ministros no julgamento da ADI 7.882. (Fonte: Brasil 61).



**LANTERNÃO**  
PEÇAS E ACESSÓRIOS

Fone/Fax 17 3632.6797

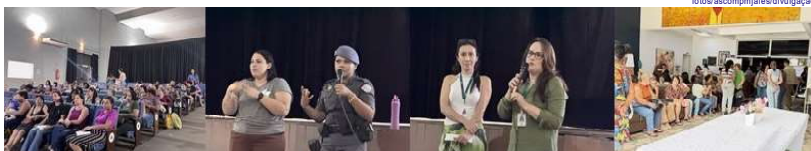
17 99711.7767

Rua Dezessete, 2649 - Centro - CEP 15700-000 - Jales-SP



Agosto Lilás:

# Cine Debate, um evento sobre relações familiares e prevenção à violência contra a mulher promovido pelo CRAS de Jales



Mais do que uma campanha realizada

Em referência ao Agosto Lilás, mês dedicado à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Jales, promoveu, no Teatro Municipal Ismael Tonholi, anexo ao Centro Cultural Dr. Edílio Ridofo, um Cine Debate com a exibição do curta-metragem “Acorda, Raimundo... Acorda!”.

A atividade teve como proposta ampliar o diálogo sobre as relações familiares e sociais, estimulando reflexões sobre comportamentos e papéis aprendidos e reproduzidos ao longo das gerações, especialmente quanto à divisão das responsabilidades dentro da família e à forma como essas construções podem se relacionar com situações de desigualdade e violência doméstica.

Após a exibição do curta, as participantes foram convidadas a refletir e dialogar sobre situações presentes no cotidiano, fortalecendo o espaço coletivo como instrumento de convivência, escuta, orientação e proteção.

A coordenadora Nilcema Veroneis Rossini, do CRAS, destacou a importân-

dade do mês de agosto, o enfrentamento à violência contra a mulher exige compromisso durante todo o ano, que será acolhida e, sobretudo, que não está sozinha”, afirmou o secretário.

## Polícia Militar apresentou rede de proteção e aplicativo Mulher Segura

A programação contou ainda com a participação da policial militar Rafaela Andrade de Lima, que apresentou os diferentes tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher e abordou o papel da Polícia Militar dentro da rede de proteção.

Durante sua participação, a policial também apresentou o SP Mulher Segura, aplicativo gratuito desenvolvido para ampliar o acesso das mulheres a informações e serviços de proteção em situações de risco ou violência doméstica.

Entre as funcionalidades apresentadas estão o acesso ao registro de Boletim de Ocorrência pela internet, informações sobre a rede de

proteção, localização de serviços de apoio e o botão de pânico destinado às mulheres que possuem medida protetiva ativa. A ferramenta busca proporcionar maior agilidade, segurança e orientação às mulheres que necessitam de auxílio.

Para o secretário municipal Reginaldo Viota, de Desenvolvimento Social, enfrentar a violência contra a mulher também exige trabalhar suas raízes culturais e fortalecer espaços permanentes de diálogo e informação. “Quando promovemos uma ação como esta, não estamos falando apenas sobre violência depois que ela acontece. Estamos trabalhando prevenção, conscientização e mudança de comportamento. Precisamos refletir sobre aquilo que aprendemos dentro de casa, sobre os papéis que historicamente foram atribuídos a homens e mulheres e, principalmente, compreender que nenhuma forma de violência pode ser naturalizada. O Agosto Lilás nos chama à responsabilidade coletiva: poder público, família e sociedade precisam caminhar juntos para que cada mulher saiba que pode procurar ajuda,

compromisso durante todo o ano, que será acolhida e, sobretudo, que não está sozinha”, afirmou o secretário.

## Informação também é proteção

As ações realizadas durante o Agosto Lilás integram o trabalho permanente de fortalecimento da rede de proteção às mulheres e de prevenção às diferentes formas de violência.

Por meio dos serviços socioassistenciais, grupos, campanhas e atividades educativas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social busca ampliar o acesso à informação, fortalecer vínculos e contribuir para que mulheres reconheçam situações de violência, conheçam seus direitos e saibam onde buscar apoio.

Mais do que uma campanha realizada durante o mês de agosto, o enfrentamento à violência contra a mulher exige compromisso durante todo o ano. Informar é prevenir. Acolher é proteger. E romper o silêncio pode ser o primeiro passo para transformar uma história.

O evento contou com o apoio da Prefeitura de Jales, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

## “Acorda, Raimundo... Acorda!”

Dirigido por Alfredo Alves e lançado em 1990, o curta-metragem “Acorda, Raimundo... Acorda!” é, até hoje, utilizado em debates sobre a questão de gênero.

Na intenção de trabalhar com os alunos a desigualdade entre o homem e a mulher, a partir dos estereótipos do que é feminino e do que é masculino, o



filme aparece como um interessante recurso didático, pois aborda a questão a partir da inversão de papéis que representam o homem e a mulher em nossa sociedade: na vida de um casal, o homem assume as tarefas e comportamentos que supostamente são da mulher e vice-versa.

O curta é de fácil acesso e possui aproximadamente 15 minutos, o que torna possível reproduzi-lo em sala e posteriormente debatê-lo no período de uma aula. Como meio de aproximação dos alunos aos debates sobre gênero, auxilia na quebra de paradigmas que permeiam a questão, pois ilustra bem as desigualdades existentes entre os “papéis” de cada sexo e, a partir disso, pode instigar uma conexão com o contexto visto e vivido cotidianamente pelos jovens.

Apesar de desatualizado, no sentido de que não expõe uma relação majoritária do contexto atual, o filme se torna interessante, pois abre espaço para uma perspectiva histórica do tema, podendo ser levantado em sala de aula questões sobre as mudanças que se deram tanto nas relações sociais (homens – mulheres), quanto na constituição das famílias.

Além de levantar inúmeras questões que podem ser debatidas com os alunos, o filme tem como enfoque mostrar que não é simplesmente a inversão dos papéis do homem e da mulher que resolveria o problema da desigualdade. Uma possível interpretação é que pode ser desenvolvida em sala de aula que, diante do filme, podemos colocar as desigualdades como sendo construídas em cima da diferença biológica do sexo.

## Fórum de Infraestrutura e Políticas Públicas debate regularização fundiária e desenvolvimento sustentável

# Guardas municipais têm funções ampliadas sem reforço proporcional de recursos, aponta estudo



Reportagem  
Bianca Mingote  
Brasil 61

A expansão das atividades das guardas municipais nos últimos anos não tem sido acompanhada de recursos financeiros e humanos suficientes para investimentos adequados na segurança pública. É o que revela pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM), realizada com 1.628 administrações municipais.

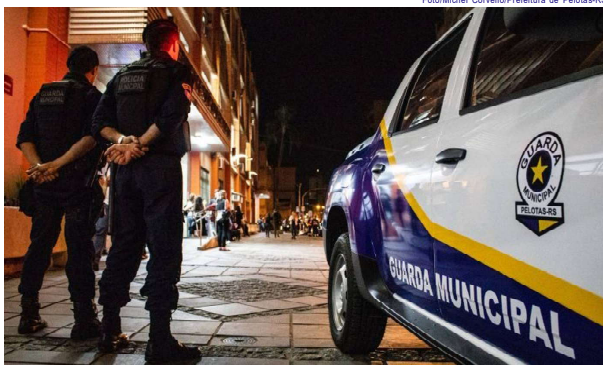
Conforme o levantamento, as guardas municipais estão presentes em 428 municípios, o equivalente a 26% dos participantes da pesquisa. Outros 413 municípios pretendem criar essas estruturas, o que pode indicar a duplicação da quantidade de guardas municipais nos próximos anos.

Além da proteção patrimonial, função original das guardas e exercida por 80% delas, o estudo revela que esses profissionais têm atuado em outras atividades de segurança pública.

## Confira as funções mais recorrentes:

- \*Manutenção da ordem, apontada por 75%;
- \*Segurança escolar, com 73%;
- \*Prevenção da violência contra mulheres, com 61%;
- \*Policiamento ostensivo, realizado por 58% das guardas pesquisadas.

\*Para o especialista em segurança pública e professor do Ibmec Brasília, Fagner Dias, a ampliação das



Levantamento da Confederação Nacional de Municípios mostra que gestores revelam cenário de insuficiência de financiamento para manter profissionais; especialista alerta para riscos de sobreposição de funções e falta de capacitação

atribuições exige investimentos em estrutura, efetivo e, principalmente, capacitação.

“Os riscos dessa ampliação de atribuições são enormes. Pensando somente na guarda municipal, ela precisa não só de uma ampliação de efetivo para atendimento, mas precisa de estrutura, de capacitação constante, porque segurança pública é muito sensível a uma boa capacitação. A gente está no limiar entre o atendimento de qualidade ao cidadão e a extração e a violação desses direitos”, afirma.

Dias também alerta para a possibilidade de sobreposição de tarefas entre as diferentes forças de segurança. Segundo ele, a ampliação das funções sem uma estrutura integrada pode gerar retrabalho e elevar os

custos operacionais.

“Isso, claramente, dá uma sobreposição de tarefas e retrabalho. Não adianta só falar que coloquei pessoas na rua, se coloco essas pessoas despreparadas, fazendo um retrabalho com protocolos diferentes, porque isso atinge diretamente a sociedade e tem custos altíssimos nos processos administrativos”, avalia.

## Levantamento

A pesquisa identificou que os gastos dos municípios com segurança pública cresceram 66% de 2016 para 2025. Segundo a CNM, o avanço representa um crescimento quatro vezes e meio maior que o registrado pela União, de 12%, e quase três vezes superior ao dos governos estaduais, de 25%, no mesmo período.

Na pesquisa, os gestores

apontaram a falta de recursos financeiros como o principal desafio na área de segurança, citada por 74% dos entrevistados. Também foram mencionadas a insuficiência de efetivo, por 57%, a estrutura física inadequada, por 43%, e a falta de capacitação, por 30%.

Os resultados, segundo a CNM, indicam que os municípios têm ampliado o número de guardas e o campo de atuação desses profissionais com recursos próprios. A entidade defende que a integração dos municípios ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) “somente será plena quando houver financiamento federal continuado e sustentável para todos os municípios atuarem efetivamente”, destaca a CNM, em nota. (Fonte: Brasil 61).

Especialistas destacam a importância da integração entre diferentes áreas para garantir mais segurança e efetividade aos processos de planejamento urbano



## A Regularização Fundiária Urbana

(REURB) e o desenvolvimento sustentável foram pautas no Fórum de Infraestrutura e Políticas Públicas e Colégio de Inspetores 2026. O debate contou com a mediação da engenheira civil Caroline Macedo, coordenadora-adjunta do Comitê de REURB do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), além das presenças do coordenador de Regularização Fundiária do município de São Paulo, advogado Eric Rodrigues Vieira, e do especialista em Planejamento Urbano, arquiteto e urbanista Silvio Figueiredo.

O tema central do painel “Regularização Fundiária e Urbanização Sustentável”, do palco “Desenvolvimento e Planejamento Urbano”, foi a multidisciplinaridade envolvida em um processo de remodelação e a segurança jurídica que ela traz aos moradores.

Vieira comentou sobre o que considera ser a maior dificuldade na integração entre a legislação, a gestão pública e a execução no que se refere a REURB. “Os grandes desafios são a necessidade do projeto ser bem efetuado, a escolha das áreas de maneira incisiva e a garantia de que as iniciativas tenham começo, meio e fim”, disse.

Figueiredo complementou ressaltando que, para ele, o principal impasse é

a falta de capacitação técnica. “80% dos municípios brasileiros estão abaixo de 20 mil habitantes, o que demanda uma formação contínua intensa de profissionais, gestores e servidores”, afirmou.

Em relação à segurança jurídica nos procedimentos de regularização, o advogado pontuou que a capital existem mais de 5 mil processos em andamento. “O mais importante é mostrar que a intenção é fazer com que a população beneficiada tenha efetivamente direito à propriedade. Isso tem grande relevância em diversos pontos, como assegurar a posse da residência ou transferi-la para herdeiros”, argumentou.

O arquiteto também apontou que para a boa execução desses procedimentos, diferentes setores precisam estar em constante contato. “A REURB é multidisciplinar, envolvendo assistente social, advogados, engenheiros e muitos estudos em outros segmentos”, refletiu.

Os especialistas reforçaram que a regularização fundiária vai além da titulação de imóveis. O sucesso dos processos depende de planejamento, capacitação técnica e atuação integrada entre diferentes áreas do conhecimento, capazes de promover um desenvolvimento urbano mais estruturado.

## Literatura &amp; Cultura

# UFSCar inicia processo para digitalizar mais de 4 mil teses e dissertações

**Trabalhos serão disponibilizados em acesso aberto no Repositório Institucional; primeiros documentos devem estar disponíveis no início de 2027**

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) vai digitalizar e disponibilizar em acesso aberto mais de 4 mil teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da Universidade até 2004. A medida foi autorizada pela Resolução CO/SIBi nº 7, de 10 de novembro de 2025, e alcança um acervo que hoje existe apenas em versão impressa. Os arquivos serão incorporados ao Repositório Institucional (RI) UFSCar, somando-se aos trabalhos posteriores a 2004, que já estão disponíveis online.

"Essa iniciativa representa um avanço muito significativo para a preservação, a visibilidade e a circulação da produção científica da Universidade. São trabalhos que registram conhecimentos, pesquisas e trajetórias acadêmicas que fazem parte da memória institucional e que, até então, tinham sua consulta limitada ao acesso presencial às bibliotecas", registra Camila Cassiavilani, Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) da UFSCar.

A ação visa preservar a memória científica da Universidade e, ao mesmo tem-



Foto:ICCS/UFSCar

po, dar nova vida a esse conhecimento, ampliando sua circulação, sua visibilidade e seu potencial de contribuir para novas pesquisas e para a sociedade. "É uma transformação que aproxima a produção acadêmica da UFSCar do princípio de que o conhecimento científico deve ser preservado, acessível e compartilhado", ressalta Cassiavilani.

A disponibilização desses trabalhos e o acesso aberto elimina a necessidade de estar fisicamente em uma Biblioteca da UFSCar para consultar esses trabalhos. "A partir da disponibilização

digital, uma pessoa poderá acessar uma pesquisa produzida na Universidade independentemente de onde esteja. Esse acervo pode beneficiar estudantes, professores e pesquisadores da UFSCar e de outras instituições de ensino, mas também profissionais de diferentes áreas, órgãos públicos, organizações sociais, instituições culturais, jornalistas e qualquer cidadão que tenha interesse em determinado tema", explica.

O processo já foi iniciado com a colaboração do Departamento de Produção Gráfica, vinculado ao SIBi, e

está em estágio avançado. "Os primeiros documentos devem chegar ao Repositório Institucional no início de 2027", prevê a Diretora. Os trabalhos serão incorporados gradualmente, conforme o processo de digitalização e tratamento dos documentos avance.

A Resolução CO/SIBi nº 7 também permite que autores e orientadores solicitem, a qualquer momento, a restrição da divulgação de teses e dissertações disponibilizadas no Repositório Institucional. As solicitações devem ser encaminhadas ao e-mail repositorio.sibi@ufscar.br.

## Estudantes da Fatec Jales são contemplados com bolsas de iniciação científica e tecnológica



Prof.ª Dr.ª Cristina Tondato

A Faculdade de Tecnologia Prof.ª José Camargo - Fatec Jales - teve dois projetos de pesquisa contemplados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza. O programa tem como objetivo fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a formação científica dos estudantes.

Sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Cristina Tondato, Isadora Gonçalves Cardoso, acadêmica do curso de Tecnologia em Agronegócio, obteve a aprovação do projeto intitulado "Percepção dos agricultores familiares

sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo de caso no município de Jales-SP".

Do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Luan Fazio Prete teve selecionado o projeto "Citrus Manager- Sistema de gerenciamento de vendas de citros para pequenos produtores", elaborado sob a orientação da Prof.ª M.ª Fabiana Pupin Masson Caravieri.

Essas aprovações evidenciam a qualidade dos projetos e reafirmam o compromisso da instituição com a produção do conhecimento, a formação científica dos estudantes e o desenvolvimento regional.



Isadora Gonçalves Cardoso



Luan Fazio Prete e Prof.ª M.ª Fabiana Pupin M. Caravieri

## Horóscopo Semanal

29/ago a 4/set de 2026

**Aries – 21/03 a 20/04** – Os próximos dias trazem um chamado para agir com mais consciência sobre aquilo que você realmente deseja construir. Sua força continua presente, mas agora será importante direcioná-la com propósito. Antes de tomar decisões importantes, procure ouvir a própria intuição e confiar que a proteção divina poderá mostrar o melhor caminho através de sinais sutis. Na vida afetiva, será necessário trocar impulsividade por empatia. Quem vive um relacionamento poderá encontrar respostas importantes em uma conversa tranquila e sincera. Para os solteiros, uma aproximação inesperada poderá despertar entusiasmo, mas será melhor observar com calma se existe reciprocidade verdadeira. No campo profissional e financeiro, uma oportunidade poderá exigir coragem para sair de um padrão antigo. Evite agir apenas por ansiedade e procure entender todos os detalhes antes de assumir responsabilidades. Uma organização mais cuidadosa dos gastos ajudará a preservar sua estabilidade. Quanto à saúde, o excesso de energia poderá se transformar em tensão se não houver equilíbrio. Movimente-se, mas respeite os limites do corpo. Momentos de oração, silêncio e descanso também serão importantes para recuperar clareza e disposição.

**Touro – 21/04 a 20/05** – Uma fase de maior estabilidade começa a se formar, mas ela dependerá da sua disposição para abandonar velhos recios. O que parecia incerto poderá ganhar contornos mais claros quando você se permitir controlar todos os resultados. Confie mais no tempo das coisas e permita que a fé suavize suas preocupações. No amor, gestos simples terão grande poder e poderão aproximar pessoas que estavam incoerentemente distantes. Casais encontrarão espaço para conversar sobre segurança, rotina e planos futuros. Quem está sozinho poderá perceber interesse vindo de alguém paciente e atento aos detalhes. Na área profissional e material, será importante evitar decisões precipitadas envolvendo dinheiro ou compromissos de longo prazo. Uma negociação poderá avançar de forma positiva se houver flexibilidade. Organize prioridades e não deixe despesas pequenas se acumularem sem controle. Em relação ao bem-estar, seu corpo poderá sentir-se excessivo. Cuide da alimentação, mantenha horários regulares e procure viver com uma sensação de calma. O contato com a natureza ajudará a aliviar a mente e renovar as energias.

**Gêmeos – 21/05 a 20/06** – Uma sequência de conversas e acontecimentos poderá trazer respostas para questões que vinham confundindo você. Sua capacidade de adaptação será essencial, mas evite mudar de direção toda vez que surgir uma nova opinião. Peça discernimento espiritual e escolha aquilo que realmente faz sentido para sua jornada. Nos assuntos do coração, não se deixe levar pelo desejo de aproximar ou afastar, dependendo da forma como forem usadas. Relações poderão ganhar força quando houver transparência e leveza. Para os solteiros, uma troca de mensagens poderá despertar interesse por algo mais interessante do que o esperado. No plano profissional e financeiro, contatos poderão abrir portas importantes. Uma ideia antiga poderá retornar com melhores condições para ser colocada em prática. Evite assumir compromissos demais e fique atento aos detalhes de documentos e acordos. Na saúde, a rotina poderá ficar sobrecarregada com excesso de estímulos. Reduza distrações, estabeleça pausas e procure dormir em horários mais constantes. Exercícios respiratórios e alongamentos ajudarão a manter o equilíbrio físico e mental.

**Câncer – 21/06 a 22/07** – Sua coragem poderá perceber mudanças antes mesmo que elas sejam visíveis ao redor. Confie nessa sensibilidade, mas não permita que preocupações antigas confundam a intuição. A semana pede acolhimento, fé e coragem para encarar situações que já cumpriram seu tempo. Não se deixe levar pelo medo. Na vida afetiva, será importante evitar guardar sentimentos esperando que o outro adivinhe o que está acontecendo. Casais poderão fortalecer o vínculo através de uma conversa honesta e aberta. Para os solteiros, uma pessoa mais reservada poderá se aproximar de maneira delicada e consistente. No campo profissional e financeiro, uma responsabilidade ligada à família ou a casa poderá interferir na rotina. Organize seu tempo e não carregue tudo sozinho. Uma questão material poderá encontrar uma solução através de negociação ou apoio de alguém próximo. Quanto à saúde, o equilíbrio emocional será prioridade. Procure respeitar seus momentos de recolhimento sem se isolar por completo. Oração, descanso e ambientes tranquilos ajudarão a preservar sua energia. Melhor dia da semana: Segunda-feira.

**Leão – 23/07 a 22/08** – Uma energia de protagonismo continuará presente, mas o céu pede que você use sua luz de maneira mais consciente. Nem toda conquista precisa ser aprovada por aprovação externa. Valorize o que você já possui e agradeça a que a gratidão fortaleça sua confiança. No amor, o desejo de proximidade poderá crescer, trazendo momentos intensos e românticos. Quem vive uma relação deverá evitar transformar orgulho em distância. Para os solteiros, uma pessoa admirável poderá despertar interesse, mas será importante perceber se existe afinidade além da aparência. Na vida profissional e financeira, sua criatividade poderá render reconhecimento ou abrir uma nova possibilidade. Seja firme ao apresentar ideias, mas escute sugestões. No orçamento, evite gastos feitos apenas para impressionar ou manter aparências. Em relação à saúde, haverá boa disposição, desde que você não ultrapasse os próprios limites. Alterne períodos de atividade com descanso e cuide da qualidade do sono. Alegria, lazer e espiritualidade ajudarão a manter sua energia elevada.

**Virgem – 23/08 a 22/09** – Os próximos dias favorecem reorganização, limpeza e ajustes que poderão aliviar sua rotina. Seja importante, porém, não transformar cada detalhe em motivo de preocupação. Faça o que estiver ao seu alcance e procure ouvir que certas respostas surgirão sem que você precise forçá-las. No campo afetivo, pequenas atitudes de cuidado poderão transformar o clima da relação. Casais encontrarão maneiras de resolver pendências práticas sem gerar tensão. Quem está sozinho poderá se interessar por alguém discreto e confiável. Na esfera profissional e financeira, sua atenção aos detalhes poderá evitar erros e destacar sua competência. Uma tarefa exigente tende a trazer resultados positivos. Revise despesas fixas e procure eliminar gastos desnecessários. Sobre a saúde, será importante cuidar do estresse acumulado. Alimentação equilibrada, sono regular e pausas durante o trabalho ajudarão bastante. Evite cobrar de si mesmo uma perfeição impossível.

**Libra – 23/09 a 22/10** – Uma decisão poderá pedir mais firmeza e menos hesitação. Embora você valorize a harmonia, será necessário entender que algumas escolhas exigem posicionamento. Confie no que traz paz à sua consciência e não apenas no que evita conflitos momentâneos. Na vida amorosa, reciprocidade continuará sendo essencial. Quem vive um relacionamento poderá precisar esclarecer expectativas e limites. Para os solteiros, uma aproximação agradável poderá acontecer em ambiente social ou através de amigos. No plano profissional e financeiro, parcerias poderão favorecer seus objetivos, desde que todos saibam exatamente suas responsabilidades. Evite promessas vagas e mantenha atenção aos prazos. Uma organização melhor do orçamento trará mais tranquilidade. Quanto à saúde, equilíbrio será a palavra principal. Nem excesso de atividade nem sedentarismo serão favoráveis. Procure criar uma rotina leve e inclua momentos que tragam beleza, música e serenidade ao dia.

**Escorpião – 23/10 a 21/11** – Algo profundo poderá se transformar dentro de você, mesmo que por fora tudo pareça igual. A semana favorece encerramentos, revelações e decisões que exigem coragem emocional. Confie mais em sua força interior e permita que a espiritualidade ajude a iluminar aquilo que ainda está confuso. Relógios e calendários No amor, sentimentos intensos poderão trazer conversas importantes. Relações verdadeiras serão chamadas de se fortalecer, enquanto vínculos frágeis poderão revelar suas limitações. Para os solteiros, uma atração poderosa poderá surgir, mas evite criar expectativas antes de conhecer melhor a situação. Na área profissional e material, será um bom momento para agir de forma estratégica. Preserve informações importantes e evite compartilhar planos antes da hora. Uma negociação antiga poderá ganhar condições mais favoráveis. Em relação à saúde, será necessário liberar tensões emocionais antes que elas se acumulem. Exercícios de escrita, oração e momentos de silêncio poderão ajudar a restaurar sua energia.

**Sagitário – 22/11 a 21/12** – O desejo de explorar novos caminhos estará forte e poderá inspirar mudanças positivas. No entanto, será importante transformar entusiasmo em planejamento. Nem toda novidade precisa ser seguida imediatamente. Peça orientação espiritual antes de decisões que envolvam grandes mudanças. Na vida afetiva, liberdade e compromisso precisam caminhar juntos. Casais poderão renovar a relação através de viagens ou novos ambientes. Para os solteiros, alguém ligado a estudos, viagens ou novos ambientes poderá despertar curiosidade. No campo profissional e financeiro, uma oportunidade poderá surgir através de conhecimento ou contato externo. Avalie com calma antes de aceitar. Gastos com lazer ou deslocamentos deverão ser controlados para não desequilibrar o orçamento. Quanto à saúde, movimentar o corpo será importante para manter o ânimo. Atividades ao ar livre poderão trazer grande benefício. Procure também respeitar horários de descanso e evitar excessos.

**Capricórnio – 22/12 a 20/01** – Uma sensação de progresso poderá surgir após um período de muitas responsabilidades. Mesmo que ainda exista trabalho pela frente, alguns resultados mostrarão que seus esforços estão produzindo frutos. Continue firme, mas permita que a fé traga leveza ao caminho. No campo afetivo, será necessário demonstrar mais claramente aquilo que sente. Relações ganharão segurança através de diálogo e presença. Para os solteiros, uma pessoa madura e reservada poderá despertar interesse aos poucos. Na vida profissional e financeira, sua disciplina continuará sendo valorizada. Uma responsabilidade maior poderá chegar como sinal de confiança. Organize metas e evite decisões financeiras tomadas apenas por medo do futuro. Sobre a saúde, o excesso de obrigações poderá aumentar a tensão muscular e o cansaço. Alongamentos, pausas e momentos sem cobrança ajudarão a recuperar o equilíbrio.

**Áquário – 21/01 a 18/02** – Uma ideia diferente poderá mudar completamente sua forma de enxergar uma situação. Permita-se experimentar novas soluções, mas não rejeite conselhos apenas por parecerem tradicionais. O universo poderá usar encontros inesperados para mostrar uma direção que talvez não esteja clara. Na vida amorosa, será importante equilibrar independência e presença. Casais poderão conversar sobre espaço pessoal sem perder a conexão. Para os solteiros, alguém fora do padrão habitual poderá trazer uma experiência interessante. No plano profissional e financeiro, criatividade e inovação estarão favorecidas. Projetos coletivos podem avançar, especialmente quando houver boa comunicação. Evite colocar dinheiro em algo que você não compreende completamente. Quanto à saúde, sua mente precisará de períodos sem estímulos. Reduza o excesso de telas, organize o sono e procure momentos ao ar livre. O silêncio ajudará a colocar os pensamentos em ordem.

**Peixes – 19/02 a 20/03** – Sua sensibilidade estará ainda mais aguçada, permitindo perceber nuances que passam despercebidas por outras pessoas. Use essa capacidade com sabedoria e não absorva tudo ao seu redor. A fé poderá trazer respostas importantes quando você silenciar as preocupações e ouvir a própria intuição. No âmbito afetivo, não uma semana favorável para conversas profundas e gestos de acolhimento. Quem vive um relacionamento poderá recuperar a proximidade emocional. Para os solteiros, uma conexão delicada poderá surgir, mas será importante distinguir sentimento verdadeiro de idealização. No plano profissional e financeiro, sua criatividade poderá ajudar a resolver um problema que parecia complicado. Uma oportunidade ligada à arte, ao cuidado ou à comunicação pode ganhar força. Evite acordos pouco claros e organize melhor os recursos. No que diz respeito à saúde, proteger seu corpo emocional será essencial. Procure ambientes tranquilos, reduza contato com situações desgastantes e respeite sua necessidade de descanso. Oração, meditação e contato com a água poderão renovar suas energias.

# Embrapa apresenta nova cultivar de pera adaptada ao Sul do Brasil

**Viviane Zanella**  
MTb 14.400/RS  
Embrapa Uva e Vinho

Uma nova alternativa genética para a produção de peras começa a chegar ao setor produtivo. Desenvolvida pela Embrapa Uva e Vinho (RS), a BRS Áurea reúne características de interesse para o cultivo no Sul do Brasil, como adaptação às condições climáticas da região, potencial produtivo, qualidade dos frutos e capacidade de conservação pós-colheita. É a primeira cultivar de pera desenvolvida pelo programa de melhoramento genético da unidade gaúcha.

A BRS Áurea é resultado do índice entre a pera asiática Hosui e a europeia Abate Fellet, realizado em 2006, em Vacaria (RS). Após cerca de 20 anos de seleção, avaliação agrônômica e validação em diferentes condições de cultivo, a cultivar foi registrada no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura e Pecuária ( Mapa ), em maio de 2025.

## BRS Áurea será apresentada na Expointer

A cultivar BRS Áurea será apresentada durante a 49ª Expointer, realizada de 29 de agosto a 6 de setembro, no Parque Assis Brasil, em Esteio (RS).

A BRS Áurea combina características de interesse para produtores e consumidores. Nos locais avaliados no Sul do Brasil, uma cultivar apresentou elevado potencial produtivo, de 25 a 30 toneladas por hectare, e colheita precoce, equipamentos em janeiro. Ela também se destaca pela resistência à entomopioriose, uma das doenças mais graves e economicamente destrutivas da cultura, e pela menor suscetibilidade à mosca-das-frutas quando comparada à pera Rocha, variedade portuguesa comercializada no Brasil.

Entre as características de interesse para o consumidor estão os frutos médios a grandes e uniformes, com massa entre 145 e 190 gramas. Na maturação, a casca adquire coloração amarelalaranja, característica que modernizou o nome Áurea. A polpa é branca, crocante, suculenta e de sabor equilibrado.

Os frutos da BRS Áurea são uniformes e simétricos, apresentam massa entre 145 e 190 gramas e, quando maduros, adquirem coloração amarelalaranja ou dourada.

O pesquisador João Caetano Fioravanzo, da Embrapa Uva e Vinho, um dos responsáveis pelo desenvolvimento da cultivar, afirma que a BRS Áurea é resultado de um trabalho de longo prazo apresentado à obtenção de uma pera adaptada às condições brasileiras. "A BRS Áurea reúne boa adaptação às condições do Sul do Brasil, potencial produtivo e frutos de excelente

*\*Uma nova cultivar combina adaptação às condições climáticas da região, potencial produtivo, qualidade dos frutos e capacidade de conservação pós-colheita.*

*\*Nas condições avaliadas, ela apresenta potencial produtivo estimado entre 25 e 30 toneladas por hectare.*

*\*Além disso, produz peras médias a grandes, uniformes, de coloração dourada, com polpa branca, crocante, suculenta e porcelana.*

*\*Nos experimentos, os frutos mantiveram boa qualidade para consumo após 90 dias de armazenamento refrigerado, ampliando as possibilidades de comercialização.*

*\*A BRS Áurea é uma alternativa para a produção brasileira de peras, em um mercado ainda fortemente abastecido por frutas importadas.*



A pera Áurea é resultado de 20 anos de seleção, avaliação agrônômica e validação em diferentes condições de cultivo

Segundo a pesquisadora Lucimara Antonioli, da área de pós-colheita da Embrapa

detalhadas em relação aos importantes problemas fitossanitários da cultura. Nas condições em que foi avaliada, foi demonstrada resistência à entomopioriose e à sarna-da-pera, doença fúngica que afeta folhas e frutos, além de menor suscetibilidade à mosca-das-frutas, em comparação à cultivar Rocha.

Em áreas experimentais onde as duas cultivares foram plantadas e submetidas à infestação natural, foram registrados 70% de frutos infestados na pera Rocha e 10% na BRS Áurea. Em outro experimento, nenhum dos frutos foram expostos diretamente aos insetos em condições sem chance de escolha, a infestação também foi menor na BRS Áurea: 40%, contra 100% na Rocha. O pesquisador Marcos Botton, também da Embrapa Uva e Vinho, aponta que a menor suscetibilidade é uma característica de interesse para o sistema de produção.

"A menor infestação observada na BRS Áurea é uma característica bastante interessante, principalmente considerando a importância da mosca-das-frutas para a fruticultura do Sul do Brasil. Isso não significa que o produtor possa deixar de monitorar e manejar a praga, mas indica uma característica favorável da cultivar que pode contribuir para o sistema de produção", pontua.

## Alternativa para ampliar a produção brasileira

A produção brasileira de peras ainda é insuficiente para atender à demanda interna e à disponibilidade de cultivares adaptadas às diferentes regiões. Os produtos permanecem como um dos desafios da cultura. A irregularidade da produção e a qualidade dos frutos também são apontadas como fatores que limitam a competitividade da produção nacional.

Nesse contexto, a BRS Áurea representa uma nova alternativa genética desenvolvida e validada nas condições brasileiras. A expectativa é que a cultivar contribua para diversificar os pomares e ampliar as possibilidades de produção de pera no Sul do País.

"De todas as diferentes cultivares de pera que já plantei, acredito que a BRS Áurea é a que apresenta maior potencial para a produção competitiva", avalia Fernando Soldatelli, produtor que participou da validação

ção da cultivar. Segundo ele, a nova pera reúne características importantes para o mercado. "Além de produzir bem, é bonito, suculento e gostoso. Tudo o que precisamos", salienta.

## Disponibilidade de mudas

As mudas da 'BRS Áurea' podem ser reservadas no Viveiro São Francisco, licenciado pela Embrapa. Outros viveiristas interessados em obter licenciamento para comercializar uma cultivar podem solicitar material propagativo à Embrapa Uva e Vinho pelo e-mail [cnpuv.spat@embrapa.br](mailto:cnpuv.spat@embrapa.br). A reserva pode ser realizada ao longo do ano, enquanto a entrega ocorre na segunda quinzena de julho do ano subsequente, de acordo com a disponibilidade de material.

## Quase 20 anos de pesquisa

O desenvolvimento da BRS Áurea teve início em 2006, com os índices entre as peras Hosui e Abate Fellet, em Vacaria (RS). A partir de 2015, o material selecionado passou por novas etapas de avaliação. No ano seguinte, foi implantado em áreas experimentais da Embrapa Uva e Vinho, em Bento Gonçalves e Vacaria, para análises de fenologia, produção, qualidade dos frutos e conservação pós-colheita.

Em 2021, foram previstas duas unidades de validação em parceria com produtores, em Vacaria e Caxias do Sul. As plantas foram conduzidas sobre o marmeleiro Adams, no espaçamento de 4 m entre filas e 1 m entre plantas.

A BRS Áurea foi registrada no Registro Nacional de Cultivares (RNC), em 26 de maio de 2025, sob o número 59.655, e posteriormente foi solicitada sua proteção junto ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).

A equipe responsável pelo desenvolvimento da cultivar é composta pelos pesquisadores e analistas João Caetano Fioravanzo, Lucimara Rogéria Antonioli, Silvio André Meirelles Alves, Marcos Botton, Luis Fernando Revers, Daniel Santos Grohs e pelo pesquisador Paulo Ricardo Dias de Oliveira, da Embrapa Uva e Vinho.

## Informações técnicas

As recomendações feitas de manejo, fitossanidade e pós-colheita constam na Circular Técnica 170 – "BRS Áurea: cultivar de pera de alta qualidade para o sul do Brasil".



qualidade. Esses atributos são importantes para estimular a produção brasileira de peras", avalia.

A cultivar foi testada e validada no Rio Grande do Sul, nos municípios de Vacaria, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, e é recomendada para regiões produtoras de pera que apresentem entre 400 e 600 horas de frio abaixo de 7,2 °C durante o inverno.

## Pera brasileira se destaca em um mercado dependente de importações

Uma das características da BRS Áurea é a precocidade de maturação. Nas condições avaliadas, a colheita ocorre predominantemente entre 5 e 20 de janeiro, com ciclo aproximado de 106 dias entre a plenitude e a maturação. A época de colheita permite antecipar a oferta da fruta e pode contribuir para ampliar a janela de comercialização de peras produzidas no Brasil.

Em sistema de alta densidade, com plantas enxertadas sobre o marmeleiro Adams e espaçamento de quatro metros entre filas e um metro entre plantas, a

cultivar apresenta produtividade estimada entre 25 e 30 toneladas por hectare.

A combinação entre época de colheita, potencial produtivo e qualidade dos frutos amplia as possibilidades de uso da cultivar em sistemas comerciais. Para uma cadeia produtiva que ainda depende de importações para atender parte significativa do consumo nacional, a disponibilidade de materiais adaptados às condições brasileiras é um dos fatores importantes para o desenvolvimento da cultura.

## Qualidade na colheita

Além do desempenho no pomar, a BRS Áurea mostrou resultados promissores nas avaliações de pós-colheita. Em condições experimentais, conforme peras protegidas com boa qualidade para consumo após 90 dias de armazenamento refrigerado a 0,5 °C, seguidos de 7 dias a 20 °C. Nessas situações, a firmeza da polpa reduzida e os frutos adquiriram coloração mais alaranjada, mantendo características específicas para consumo.

pa Uva e Vinho, as características de conservação complementam os atributos sensoriais da cultivar. "A BRS Áurea apresenta propriedades muito interessantes para o mercado de frutas frescas pelo bom potencial de conservação pós-colheita, aspecto importante para ampliar o período de comercialização e facilitar a distribuição da fruta", enfatiza.

Ensaios experimentais também indicaram potencial para períodos mais prolongados de armazenamento. Em atmosfera controlada, frutos mantidos por até 165 dias a 0,5 °C tiveram maior firmeza após a retirada da câmara. Por outro lado, os frutos são delicados e podem sofrer danos por impacto durante a colheita e o transporte. Por isso, a Embrapa recomenda cuidados nos específicos, na classificação, na embalagem e no transporte.

## Menor suscetibilidade a doenças e mosca-das-frutas

A BRS Áurea também apresentou características

Outras notícias que você não lê aqui,  
estão blog [www.folhanoroeste.blogspot.com.br](http://www.folhanoroeste.blogspot.com.br)

# Combate à desertificação avança, mas Brasil precisa priorizar o assunto

*Uma das metas mais ambiciosas do mundo exige estrutura estatal à altura*

por Rafael Giovanelli,  
gerente de pesquisa do  
Instituto Escolhas

Com mais de uma década de atraso, o Brasil anunciou, nesta terça-feira (25), em Ulaanbaatar, na Mongólia, sua meta nacional de Neutralidade da Degradação da Terra (LDN), no âmbito da Convenção da ONU de Combate à Desertificação (UNCCD). O instrumento se junta a outras medidas adotadas pelo governo federal no esforço de reestruturar a política nacional de combate à desertificação, entre as quais estão o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (atualizado em 2024, 20 anos após sua primeira versão) e a reinstitucionalização da Comissão Nacional de Combate à De-



A definição da LDN é um passo importante, mas, por si só, é insuficiente para a resolução do problema de desertificação (CNCD).

Apesar da longa demora, que evidencia a baixa prioridade com que o Estado brasileiro vem tratando o assunto, o anúncio deve ser

comemorado, pois compromete o país com a solução de um grave problema social e ambiental. De acordo com dados oficiais, cerca de 39 milhões de pessoas, em

1.649 municípios, vivem em áreas suscetíveis à desertificação ou em seu entorno, especialmente no semiárido, sobretudo na Caatinga. A meta brasileira prevê a re-

cuperação de 16,3 milhões de hectares (163 mil km²) de áreas degradadas até 2030. É um dos objetivos mais ambiciosos formalizados na UNCCD até hoje.

A definição da LDN é um passo importante, mas, por si só, é insuficiente para a resolução do problema. O país tem se especializado em definir metas que, na prática, assumem dimensões meramente aspiracionais, apontam para resultados grandiosos, mas não são acompanhadas do fortalecimento institucional necessário para alcançá-las. Acabam se tornando como a miragem de um oásis no deserto. Um exemplo indiscutível nesse sentido é a recuperação, até 2030, de 12 milhões de hectares desmatados, definida no âmbito do Acordo de Paris em 2015. O prazo se encerra em poucos

anos e, até agora, o que foi efetivamente replantado não chega nem a 300 mil hectares.

Para que não repitamos, com a LDN, esse destino trágico, é fundamental que o Brasil eleve o combate à desertificação à prioridade nacional. Para tanto, o Instituto Escolhas defende a criação de uma Secretaria Nacional de Recuperação da Caatinga e Combate à Desertificação, vinculada à Presidência da República, com status equivalente ao de ministério, dotada de orçamento e recursos humanos nos patamares adequados à recuperação dos 16,3 milhões de hectares de áreas degradadas. Somente assim o país será capaz de tirar do papel, no curtíssimo tempo de que dispõe, uma das LDNs mais ambiciosas do mundo.

## ONU reconhece iniciativa apoiada pela Embrapa como referência mundial em restauração

A Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou hoje (26 de agosto), durante a 17ª sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP17 da UNCCD), em Ulaanbaatar, na Mongólia, o reconhecimento da iniciativa Araticum – Restauração do Cerrado Brasileiro como uma das Iniciativas de Referência da Restauração Mundial (World Restoration Flagship).

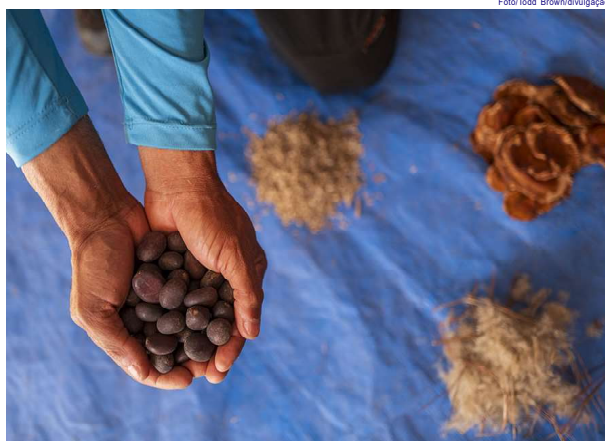
Concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no âmbito da Década da ONU da Restauração de Ecossistemas, o reconhecimento faz do Brasil o único país, até o momento, com duas iniciativas consideradas referências mundiais em restauração.

A Araticum é uma rede colaborativa multisectorial criada em 2020 com a meta de promover a restauração do Cerrado inclusiva e em escala, integrando a ciência formal aos conhecimentos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares para a conservação da água, do clima e da sociobiodiversidade.

Na governança da rede desde a sua fundação, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (DF) coordena o eixo de produção, sistematização e difusão de conhecimento técnico, aportando seu conhecimento em métodos de restauração, protocolos de monitoramento e diretrizes para a recuperação da vegetação nativa em pastagens degradadas e de áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP) em propriedades privadas.

“Por meio dessa atuação, a Unidade participa da cadeia de valor da restauração no Cerrado e contribui tecnicamente para agendas e políticas públicas de alcance nacional”, informa o pesquisador desse centro de pesquisa da Embrapa, Daniel Vieira, também membro da coordenação da Araticum.

**A COP da Desertificação**



Com a iniciativa, sementes de mais de 150 espécies de plantas nativas do Cerrado (árvores, arbustos e gramíneas) já foram coletadas e aplicadas em campo.

O Cerrado abrange mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território nacional e desempenha papel crucial na regulação hídrica das principais bacias hidrográficas do país, além do sequestro e estocagem de carbono. Contudo, a conversão do uso da terra e a fragmentação da vegetação já resultaram na perda de mais de 50% da vegetação nativa do Cerrado, ameaçando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos essenciais. Sua restauração é considerada importante para a segurança hídrica, alimentar e climática.

\*Por isso, a importância do reconhecimento da ONU à iniciativa brasileira Araticum – Restauração do Cerrado Brasileiro.

\*Para acompanhar esse tema, acesse o link da COP17

\*Principais resultados da iniciativa Araticum (ONU Flagship)

\*Área mapeada em restauração: mais de 27.000 hectares já rastreados e monitorados continuamente por plataforma digital georreferenciada.

\*Diversidade genética e botânica: sementes de mais de 150 espécies de plantas nativas do Cerrado (árvores, arbustos e gramíneas) cole-

tadas e aplicadas em campo.

\*Rede integrada: mais de 180 organizações mobilizadas, engajando comunidades tradicionais (geraizeiros, quilombolas e indígenas), agricultores, pesquisadores e setor privado.

\*Abrangência geográfica: ações diretas de restauração distribuídas ao longo de nove estados brasileiros.

\*Meta para 2030: alcançar 2 milhões de hectares restaurados no Cerrado, contribuindo diretamente para o compromisso nacional do Brasil de restaurar 12 milhões de hectares.

\*Impacto global: integra o grupo de 30 Iniciativas de Referência da ONU, que juntas já somam quase 20 milhões de hectares em recuperação e visam atingir 75 milhões de hectares até 2030, gerando mais de 800 mil empregos.

**Cadeia socioambiental e fortalecimento das comunidades**

Além dos ganhos ambientais diretos na proteção da água e do solo, a estratégia da Araticum contribui para a estruturação da economia da restauração no campo. O processo impulsiona a cadeia produtiva local, envolvendo redes de coletores comunitários de sementes, com forte protagonismo de

mulheres e jovens de povos e comunidades tradicionais, viveiristas e prestadores de serviços de monitoramento.

\*Restaurar o Cerrado vai muito além do plantio: trata-se de recompor o funcionamento e os serviços dos ecossistemas, gerando trabalho e renda, e contribuindo para resgatar a identidade para quem vive no território”, destaca Vieira. Segundo o pesquisador, programas de Pagamento por Serviços Ambientais e a implementação de sistemas agroflorestais e silvipastoris com espécies nativas de valor econômico — como o araticum, o baru e o pequi — oferecem aos produtores rurais alternativas produtivas sustentáveis e rentáveis.

**Projeção internacional e novos investimentos**

Com o diploma concedido no âmbito da Década da ONU da Restauração de Ecossistemas, o progresso das ações da Araticum será acompanhado e monitorado mundialmente por meio da plataforma Framework for Ecosystem Restoration Monitoring (FERM). A visibilidade internacional abre portas para novas parcerias de cooperação científica e atração de investimentos para acelerar a restauração biológica do Cerrado.

## Alunos de Ciências Contábeis do UNIJALES são aprovados no exame do Conselho Regional de Contabilidade antes da formatura



Coordenador do curso, Agnaldo Silas de Oliveira, Maita Nogueira Barbosa, Davi Weiky Kawano, reitor Oswaldo Soler Junior, do UNIJALES, e Tiago Henrique da Silva

Alunos do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Jales foram aprovados no exame do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) antes mesmo da formatura. Davi Weiky Kawano, Maita Nogueira Barbosa e Tiago Henrique da Silva conseguiram a aprovação quando ainda estavam no 7º semestre, o penúltimo da graduação. Eles concluem o curso no final deste ano.

O exame é necessário para que o profissional possa obter o registro e exercer a profissão de contador. A prova tem 50 questões e, para ser aprovado, o candidato precisa acertar pelo menos metade delas.

Com mais de 20 anos de história na instituição, o curso de Ciências Contábeis

está entre os mais tradicionais do UNIJALES. Ao longo desse período, a graduação contribuiu para a formação de profissionais que hoje atuam em diferentes áreas da contabilidade, em diversas partes do país.

Sob coordenação do professor Agnaldo Silas de Oliveira, o curso de Ciências Contábeis é oferecido nas modalidades presencial e EAD. As duas opções proporcionam aos alunos uma formação que abrange diferentes áreas de atuação, com conhecimentos de técnicas e linguagens contábeis, análise do contexto das organizações e preparação para trabalhar junto a gestores, tanto em empresas privadas quanto em entidades públicas. (por Rafael Honorato/assessoria Unijales)

**CARDAN JALES**

Recuperação de Cardans  
Direção Hidráulica  
Macacos Hidráulicos  
Barra de Direção e  
Toda Linda Hidráulica e Pneumática

telefone  
(17) 3621.4205

Marginal Isaura Bortho Venturini, 969  
Jd. Ipiranga em Jales (SP)

# O Departamento de Atenção Básica à Saúde (DABS) capacita seus profissionais sobre a doença do pé relacionada com o diabetes



foto/asscomjales/divulgação

O Departamento de Atenção Básica à Saúde (DABS), da Secretaria Municipal de Saúde, promoveu uma capacitação de seus profissionais sobre a Doença do Pé Relacionada ao Diabetes, popularmente conhecida como "pé diabético".

A capacitação reuniu médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem que atuam nas unidades de Atenção Básica do município de Jales, com o objetivo de for-

talecer o conhecimento das equipes para a prevenção, identificação precoce, avaliação e manejo das alterações nos pés das pessoas com diabetes, contribuindo para evitar complicações e qualificar o cuidado oferecido aos usuários.

A capacitação foi ministrada pela enfermeira Janaina Lopes da Silva, Estomaterapeuta e Especialista Clínica de Educação, por meio de uma

parceria com a Max Medical, empresa parceira da Secretaria Municipal de Saúde.

A realização da capacitação também contou com o importante apoio da FATEC Jales, que disponibilizou suas instalações durante dois dias para que as atividades teóricas e práticas pudessem ser realizadas de forma adequada.

A capacitação foi organizada pelo Departamento de



foto/asscomjales/divulgação

**O cuidado com os pés da pessoa com diabetes precisa começar antes que surjam complicações.**

Atenção Básica à Saúde (DABS), sob a direção da Diretora da Atenção Básica à Saúde Leidepaula da Rocha Belon, juntamente com sua equipe, como parte das ações de educação permanente e qualificação dos profissionais da rede municipal.

Segundo a direção do DABS, a capacitação representa mais um investimento na qualificação das equipes e na melhoria da assistência

prestada à população.

"O cuidado com os pés da pessoa com diabetes precisa começar antes que surjam complicações. Preparar nossas equipes para reconhecer precocemente os fatores de risco e as alterações nos pés é fundamental para prevenir lesões, infecções e outras complicações. Agradecemos à Max Medical, à profissional Janaina e à FATEC Jales pela parceria, que

possibilitou a realização dessa capacitação", destaca Leidepaula.

A Secretaria Municipal de Saúde enfatiza que a educação permanente dos profissionais é uma estratégia essencial para fortalecer a Atenção Básica, ampliar a capacidade de prevenção e garantir um atendimento cada vez mais qualificado, humanizado e resolutor à população de Jales.

## Pesquisador da UFSCar é destaque em workshop de Computação

**Gessé Pereira Evangelista é doutorando em Ciência da Computação, do Campus Sorocaba**

## voluntariado transforma histórias de pacientes e acompanhantes



fotos/assessoriaicarvalho/divulgação

**1- Andressa, do grupo Estética, ao lado da mãe, 2 - Magda, do grupo Posso ajudar e Maingrid, voluntária do grupo do Chá com Bolachas**

Os cabelos ainda curtos guardam as marcas de uma história recente. Há poucos meses, Magda Cleuza Bombonato estava do outro lado do cuidado: era paciente do Hospital Amaral Carvalho (HAC) e conhecia, na própria pele, os desafios de um tratamento contra o câncer.

Hoje, ela continua frequentando os mesmos corredores, mas em uma nova condição. "Foi difícil entrar aqui como paciente, mas agora, entrando como voluntária, é maravilhoso. Passei um ano e três meses tratando um câncer de mama e quis retribuir todo o carinho, paciência, empatia que eu recebi de voluntários e funcionários. É muito gratificante", conta Magda.

A transformação de paciente em voluntária representa, para ela, uma mudança de lugar, mas não de vínculo com o hospital. "A experiência de estar do outro lado é gratificante. Muita gente precisa de uma palavra de apoio, um abraço... É bom poder acolher como fui acolhida um dia", conclui ela.

E a história de Magda não é muito diferente de tantos outros voluntários ligados à Instituição. Alguns começam como pacientes, outros como acompanhantes, outros até nem conheciam o Hospital Amaral Carvalho, mas se identificam com a causa e se colocam à disposição para ajudar. Por isso, no Dia Nacional do Volun-

tário, celebrado em 28 de agosto, o Hospital Amaral Carvalho ressalta a importância das mais de 5.000 pessoas que dedicam seu tempo para oferecer carinho e cuidado aos pacientes e seus acompanhantes.

**Uma nova forma de retribuir**

A história de Maingrid Crepaldi Maran também passa pelo Hospital Amaral Carvalho, mas seu tratamento terminou há mais tempo. Depois de vivenciar a rotina do hospital e conhecer de perto o trabalho realizado em torno dos pacientes, ela encontrou no voluntariado uma forma de continuar ligada à Instituição e transformar a própria experiência em ajuda. "Estou há um ano em remissão. Acredito que a vida é feita de propósitos, mesmo com a doença não perdi minha alegria e minha fé. Estar como voluntária é uma forma de agradecer a Deus por minha cura e levar um pouco de esperança para quem está em tratamento".

Hoje, ao atuar junto aos pacientes, ela conhece os sentimentos que muitas vezes estão por trás de um olhar apreensivo, de uma espera mais silenciosa ou da necessidade de conversar. É justamente essa identificação que torna sua presença ainda mais significativa. "Eu amo ser voluntária no hospital. Adoro tirar um sorriso, levar alegria pra quem

está passando por esse momento tão difícil. Agradeço por servir onde fui servida."

**De acompanhante a voluntária**

Para Andressa Regina Corrêa, a ligação com o Hospital Amaral Carvalho começou de outra maneira. Moradora de Tatui/SP, ela passou a frequentar a instituição para acompanhar a mãe durante o tratamento contra o câncer. "Enquanto acompanhava minha mãe, via o trabalho dos voluntários e achava muito bonito. Quando minha mãe recebeu alta, queria fazer algo em troca, porque ela sempre foi muito bem cuidada e tratada aqui. E foi assim que comecei, no grupo da estética".

A distância entre Tatui e Jaú, que antes fazia parte da rotina de quem precisava vir ao hospital para o tratamento, ganhou um novo significado. Hoje, Andressa retorna ao HAC não mais apenas como acompanhante, mas como alguém que escolheu oferecer um pouco do acolhimento que recebeu. "Eu saio melhor do que eu entrei. Eu amo esse trabalho. É uma dádiva poder cuidar um pouquinho, levar um pouquinho de alegria para cada paciente que a gente encontra no hospital", finaliza.

**Um ciclo de cuidado**

As histórias das três voluntárias representam as muitas formas pelas quais o voluntariado contribui para

tornar mais acolhedora a jornada dos pacientes do Hospital Amaral Carvalho.

Há mais de 30 anos, a Entidade Anna Marcelina de Carvalho oferece apoio aos pacientes em situação de vulnerabilidade atendidos pelo HAC. Atualmente, são 16 grupos atuando no HAC, envolvidos em ações que contemplam diferentes necessidades e outras formas de assistência.

Entre as atividades estão o atendimento do grupo do chá, que oferece bebida e bolachas aos pacientes que aguardam atendimento, a entrega de lanches durante a quimioterapia, o auxílio nas refeições de pacientes internados e sem acompanhantes, além de visitas e ações que ajudam a levar conforto e momentos de descontração durante o tratamento. Tem ainda grupos de artesanato, separação de roupas, empacotamento de bolachas, Remédios do Riso, grupo da estética, que corta unhas, cabelos e barbas dos pacientes internados, e voluntários que confeccionam próteses e perucas.

O trabalho também se estende para além de Jaú por meio das Ligas de Combate ao Câncer, reunidas pela Federação Brasileira de Entidades de Combate ao Câncer (Febec), entidade parceira do Hospital Amaral Carvalho. São mais de 100 ligas espalhadas pelo Estado de São Paulo, que atuam nas cidades, prestando apoio aos pacientes e suas famílias.

**Seja voluntário**

Quem deseja ser voluntário no Hospital Amaral Carvalho pode entrar em contato com a Entidade Anna Marcelina de Carvalho pelo telefone (14) 3621-3064, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, exceto feriados. Para saber se há uma Liga de Combate ao Câncer em sua cidade, também é possível entrar em contato com a Febec pelo telefone (14) 3621-2707.



foto/divulgação

**Doutorando recebe menção honrosa**

O doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Gessé Pereira Evangelista, teve uma participação de destaque no Workshop sobre Aspectos Sociais, Humanos e Econômicos de Software (WASHES 2026), evento satélite do Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC) que ocorreu no dia 20 de julho de 2026.

Orientado por Luciana Zaina, docente do Departamento de Computação do Campus Sorocaba, Evangelista apresentou o artigo "ROI in UX Design: Preliminary Evidence from Interviews with Industry Professionals", que recebeu menção honrosa e ficou entre os cinco melhores do evento. O artigo investiga como profissionais de UX medem os resultados de negócio associados ao design e quais dificuldades encontram para incorporar essa prática ao cotidiano das organizações.

"Apesar de a literatura mostrar que UX (sigla de User Experience - Experiência do Usuário) gera valor para as organizações, ainda existe pouca evidência sobre como esse retorno é medido na prática. O objetivo, então, foi compreender quais características envolvem essa medição na prática, analisando a relevância da mensuração para o negócio, as métricas e ferramentas utilizadas e os principais desafios encontrados pelos profissionais", explicou o pesquisador.

Ele complementa que a pesquisa parte do princípio de que UX deve ser anali-

sado não apenas pela experiência do usuário, mas também pelo impacto que gera para o negócio. Isso envolve relacionar métricas tradicionais de UX - como satisfação, engajamento e conversão - com indicadores de negócio, como receita, retenção de clientes, ticket médio, custos e desempenho financeiro. "Além disso, a pesquisa mostra que medir UX também fortalece a comunicação com stakeholders, apoia a priorização de iniciativas e contribui para decisões estratégicas dentro das organizações".

A partir de entrevistas com dez profissionais de UX de diferentes empresas, o estudo mostra que a mensuração vai além do retorno financeiro: ela também é percebida como uma forma de legitimar a importância de UX, apoiar a priorização de decisões e comunicar seu valor para diferentes stakeholders.

"Os próximos passos são ampliar a investigação para consolidar um framework que apoie profissionais e organizações na medição sistemática do ROI em UX (Retorno sobre o Investimento em Experiência do Usuário), transformando os achados qualitativos em um modelo aplicável na prática".

Sobre a premiação, afirmou: "Receber a menção honrosa foi muito gratificante. É um reconhecimento importante do trabalho desenvolvido ao longo do doutorado e mostra que o tema desperta interesse tanto da comunidade acadêmica quanto da indústria".